

RAFAEL RODRIGUES SANTANA

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE HONG KONG E SEUS IMPACTOS SOBRE O
RELACIONAMENTO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Banca Examinadora da Universidade Federal
de Uberlândia, para a obtenção do grau de
bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Erwin Pádua Xavier

UBERLÂNDIA

2017

RAFAEL RODRIGUES SANTANA

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE HONG KONG E SEUS IMPACTOS SOBRE O
RELACIONAMENTO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Banca Examinadora da Universidade Federal
de Uberlândia, para a obtenção do grau de
bacharel em Relações Internacionais.

Banca de Avaliação:

Prof. Erwin Pádua Xavier

Instituto de Economia e Relações Internacionais - UFU

Orientador

Prof. Sandra Aparecida Cardozo

Instituto de Economia e Relações Internacionais - UFU

Membro

Prof. Sylvio Luiz Andreozzi

Instituto de Geografia - UFU

Membro

Uberlândia (MG), 19 de dezembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todo o sacrifício empreendido para que eu pudesse estudar em uma universidade.

Ao meu orientador, Erwin Pádua Xavier, por toda a confiança depositada na pesquisa, pelo perfeccionismo que permitiu uma melhora substancial do trabalho realizado e pela paciência e flexibilidade que permitiram a conclusão da pesquisa.

Aos meus grandes amigos, Aline, Filippe, Guilherme Casari, Guilherme Faria, Natasha, Pedro e Yago Freitas, por toda a amizade e companheirismo que desenvolvemos nos últimos anos, de formas diferentes com cada um de vocês.

Aos autores Steve Tsang e John M. Carroll por suas contribuições acerca da literatura historiográfica sobre Hong Kong que muito me auxiliaram no meu estudo sobre a identidade da população que vive na cidade.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Visão Geral do território chinês e seu entorno.....	24
Figura 2 – Território de Hong Kong após a 2º Convenção de Pequim.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Satisfação com o governo central x Identidade da população de Hong Kong.....60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Funcionamento e distribuição das vagas do conselho legislativo.....	65
Quadro 2 - Número de assentos por posicionamento político e método de eleição.....	66
Quadro 3 - Alinhamento ideológico dos candidatos sem partido (independentes).....	66

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. AS TEORIAS DA IDENTIDADE E SUA RELEVÂNCIA PARA EXPLICAR A QUESTÃO DE HONG KONG.....	11
2.1. Identidade Pessoal	11
2.2. Identidade de grupos	12
2.3. Estado, Nação e Nacionalismo	14
2.4. Identidade e Relações Internacionais	17
2.5. Identidade e Hong Kong	20
3. A COLONIZAÇÃO DE HONG KONG, A REVOLUÇÃO COMUNISTA DE 1949 E A CRIAÇÃO DAS BASES PARA A IDENTIDADE DO POVO DE HONG KONG	24
3.1. O relacionamento entre a China e a Grã-Bretanha e seus impactos sobre o destino de Hong Kong.....	24
3.2. Modelo de colonização, imigração e a construção das bases para a formação da identidade nacional cívica em Hong Kong	33
4. FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE HONG KONG E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A REINTEGRAÇÃO E AS RELAÇÕES COM A RPC	48
4.1. A construção da identidade do povo de Hong Kong.....	48
4.2. A reintegração de Hong Kong e a influência da identidade nacional cívica sobre o futuro da sua população dentro da China.....	59
5. CONCLUSÃO	75
6. REFERÊNCIAS:.....	79

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Hong Kong foi uma das últimas colônias a passar pelo processo de descolonização, deixando de ser uma colônia da Grã-Bretanha no ano de 1997. Seu processo de colonização também difere muito dos modelos tradicionais que se concentravam, principalmente, na exploração dos recursos existentes dentro de um território. O principal objetivo dos britânicos em relação à colonização empreendida na cidade era a projeção de seus interesses comerciais no leste asiático, onde havia um grande foco no comércio realizado com os chineses. Essas características permitiram que Hong Kong se tornasse o mais importante entreposto comercial da China durante a maior parte da sua história.

A história de Hong Kong não pode ser explicada sem a menção de um elemento muito importante, o ópio. Conforme será visto nesse trabalho, o ópio desempenhava um papel muito importante na manutenção da Grã-Bretanha enquanto grande potência comercial no mundo e, em decorrência disso, esse Estado acabou entrando em guerra com a China, duas vezes, para tentar forçar uma abertura comercial chinesa, assim como uma legalização do comércio de ópio nesse país. O primeiro tratado de paz firmado entre os dois países permitiu que Hong Kong fosse concedida aos britânicos, enquanto o segundo tratado de paz permitiu a ampliação do território da cidade através da anexação da Península de Kowloon. Ao mesmo tempo, o ópio foi o mais importante produto comercializado por Hong Kong até o ano de 1946.

O tema de Hong Kong é muito importante para as relações internacionais porque o destino da cidade está totalmente ligado às relações de poder existentes entre as potências mundiais. A concessão de Hong Kong se deu durante um período em que houve a quebra da supremacia chinesa regional pelas potências do Ocidente e marcou o início do chamado “Século de Humilhação” porque a China teve que se submeter a uma série de demandas e intervenções das potências ocidentais. Ao mesmo tempo, a reintegração de Hong Kong pode ser considerada um efeito causado pela ascensão chinesa como uma grande potência política, econômica e militar através de todas as mudanças que ocorreram no país após a Revolução Comunista de 1949, sendo importante salientar que Hong Kong foi um dos motores das quatro modernizações empreendidas durante o governo de Deng Xiaoping.

A colonização empreendida na cidade tem algumas peculiaridades únicas. Primeiramente, é a única colônia, das quais temos conhecimento, que se tornaram desenvolvidas enquanto estavam sob administração de outro país. Em segundo lugar, a cidade

sempre foi governada com a influência de outros países; durante a sua colonização, a cidade era gerida por governantes indicados pelos britânicos; já após a reintegração à China, a Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK) passou a ser administrada por residentes da cidade; no entanto, existe uma grande influência da República Popular da China acerca das principais diretrizes que devem ser adotadas na cidade, especialmente no ritmo que deve ser adotado em relação à transição para uma democracia. Por fim, a última peculiaridade é o fato de grande parte da população ter criado um senso de lealdade com o sistema de governança implementado pela Grã-Bretanha, permitindo-se que houvesse a criação das bases de uma identidade nacional cívica em Hong Kong distinta da existente na China e, uma consequência direta, foi que grande parte da população da cidade preferia continuar sendo uma colônia britânica à uma reintegração à China em 1997, sendo que essa identidade nacional cívica em Hong Kong começou a gerar conflitos no relacionamento da população da cidade com a República Popular da China, principalmente por conta das interferências chinesas.

Essa pesquisa tem dois principais objetivos. O primeiro é investigar como foi formada uma identidade particular do povo de Hong Kong que exhibe elementos de uma identidade nacional cívica, identificando quando ela foi formada, quais foram os principais motivos que permitiram que essa identidade emergisse. O segundo é compreender quais as consequências da formação dessa identidade para o relacionamento da população de Hong Kong com a RPC, principalmente depois que ocorreu a reintegração da cidade à China.

A hipótese que se defende aqui é a de que a Revolução Comunista de 1949 e o desenvolvimento econômico da cidade após 1970 foram as principais causas do surgimento de uma identidade distinta da China em Hong Kong, uma identidade que por seus contornos cívicos e políticos não pode ser conciliada com as interferências que estão sendo empreendidas na cidade após a reintegração à China.

O presente trabalho está dividido em três seções substantivas. O primeiro capítulo tem como intuito fazer um estudo a respeito de conceitos fundamentais sobre a identidade. Primeiramente, examinaremos a identidade de um indivíduo, como ela surge e como ela impacta no relacionamento desse indivíduo com as outras pessoas. Em segundo lugar, as identidades de grupos serão analisadas, buscando-se entender como a existência de grupos influencia na formação da identidade pessoal das pessoas, enfocando quatro tipos de eixo, sendo eles religião, gênero, classe e território. Posteriormente, analisaremos a interação que ocorre entre a nação, o Estado e o nacionalismo, com um destaque sendo dado para o surgimento da identidade nacional cívica e nacional étnica. Também examinaremos nesse capítulo a teoria construtivista, com o objetivo de entender o impacto das interações na formação da identidade

dos Estados e, principalmente, no efeito que essas identidades possuem sobre as decisões que são tomadas pelos Estados.

O segundo capítulo é um capítulo historiográfico e tem dois principais objetivos. O primeiro é entender o relacionamento entre a Grã-Bretanha e a China entre 1800-1997, juntamente com as consequências dessas relações sobre o futuro de Hong Kong. Já o segundo envolve uma análise histórica sobre o processo de colonização de Hong Kong, tentando entender características sobre seu território, sistema legal, desenvolvimento da sua economia e a importância que a cidade possuía tanto para a Grã-Bretanha quanto para a China. Esse capítulo se baseia nas grandes contribuições acadêmicas realizadas por Steve Tsang (2004), John M. Carroll (2007) e Henry Kissinger (2012), sendo que os dois primeiros possuem as duas obras mais completas sobre a história de Hong Kong, enquanto o terceiro apresenta em sua obra uma visão geral sobre a China e como o passado chinês influenciou na forma como os chineses se relacionam com o ocidente.

No terceiro e último capítulo idealiza-se um exame do processo de formação da identidade de Hong Kong, demonstrando os principais motivos que levaram essa identidade a ser formada. Também analisaremos os processos e os contornos dessa identidade e como ela foi se alterando com o passar dos anos através da interação da população da cidade com outros povos e Estados. Na segunda parte do capítulo, será demonstrado, através da análise de eventos que ocorreram nos últimos vinte anos, os principais acontecimentos que ocorreram por conta da existência de uma identidade nacional cívica na cidade, assim como as contramedidas que foram adotadas pelo governo da República Popular da China para transformá-la.

2. AS TEORIAS DA IDENTIDADE E SUA RELEVÂNCIA PARA EXPLICAR A QUESTÃO DE HONG KONG

Para se estudar o processo de formação de identidade em Hong Kong, assim como a influência da identidade que foi formada na cidade exerce no relacionamento dessa população com seus compatriotas da China e com o governo central chinês, faz-se necessário realizar um estudo sobre os conceitos de identidade. Nesse sentido, será examinado o arcabouço teórico sobre a formação da identidade dos indivíduos. Posteriormente, será feita uma análise sobre as principais identidades de grupos que existem e como elas influenciam na formação da identidade dos indivíduos, sendo que a mais importante dessas identidades para essa pesquisa é a identidade nacional. Também analisamos contribuições da teoria construtivista, porque a mesma utiliza conceitos de identidade para explicar a interação que ocorre entre Estados e sociedades. A última parte desse capítulo consistirá em uma breve explicação sobre porque a questão da identidade é um tema relevante para entender a situação corrente da cidade de Hong Kong.

2.1. Identidade Pessoal

A identidade de um indivíduo é representada por traços e características que auxiliam o indivíduo a definir quem ele é. A identidade pessoal influencia no comportamento individual, é dinâmica e varia conforme o tempo e o espaço. Ao buscar a validação da própria identidade, o indivíduo tem atitudes que são congruentes com a mesma e, assim, faz com que os outros indivíduos também a legitimem ao observar uma conduta do mesmo que tenha congruência com essa identidade. Além disso, a identidade é construída através da interação entre as pessoas e influencia os indivíduos a se definirem através funções que exercem na sociedade, tais como participação em grupos, papéis familiares, emprego, entre outros. Por fim, também é importante destacar que a identidade de um ser se altera ao longo do tempo na medida em que as prioridades do indivíduo vão mudando (OYSERMAN; ELMORE; SMITH, 2012).

Sob a perspectiva da Teoria da Identidade, todos indivíduos assumem a existência de uma identidade perfeita e comparam a identidade almejada com a própria identidade pessoal no momento, levando esse indivíduo a tomar atitudes em direção à identidade que é desejada. Segundo Parfit (1971), há uma conexão entre o presente e o futuro, de forma que os indivíduos reflitam sobre a vida que vivem e a vida que querem ter no futuro; assim, ambas estão conectadas e podem influenciar nas ações tomadas pelo indivíduo. Porém, é válido destacar que

os objetivos que estão sendo buscados também se alteram com o passar do tempo. Desse modo, podemos observar que a construção de uma identidade é um processo dinâmico, pois essa identidade que está sendo buscada também se transforma na medida em que os interesses do indivíduo vão se alterando (STETS; BURKE, 2000).

2.2. Identidade de grupos

Ao refletir sobre o papel que desempenha na sociedade, o indivíduo realiza uma categorização sobre si mesmo, conforme dito anteriormente. Essa segmentação cumpre dois papéis. Primeiramente, ordenar a sociedade de acordo com as características intrínsecas aos grupos, de forma que o indivíduo defina os outros através da observação de suas características, com os atributos essenciais de um grupo. Em segundo lugar, ao se comparar com os grupos existentes, o indivíduo acaba se identificando mais com um grupo do que com outros e, assim, passa a ter um senso de pertencimento em relação ao mesmo (ASHFORT; MAEL, 1989).

Segundo a Teoria da Identidade Social, esse processo de identificação em relação a um grupo pode ser considerado inclusivo e exclusivo ao mesmo tempo, visto que, ao obter esse sentimento de pertencimento, o indivíduo passa a se identificar cada vez mais com esse grupo por conta do convívio com seus membros e, em grande parte dos casos, esse indivíduo acaba internalizando os valores desse grupo. Esse processo também é exclusivo porque, ao escolher uma identidade, o indivíduo abre mão de outras que cumprem o mesmo papel social (ÍNAÇ; UNAL, 2013).

Um indivíduo pode ter múltiplas identidades (ASHFORT; MAEL, 1989). Nesse sentido, uma pessoa pode se sentir pertencente a mais de um grupo; por exemplo, uma mulher pode ser brasileira, jovem, estudante e feminista, dessa forma, fazendo parte de quatro grupos diferentes por conta de características individuais.

O processo de identificação a uma categoria não depende só do indivíduo, sendo altamente influenciado pela estrutura em que o indivíduo vive, principalmente, por conta dos discursos propagados por entidades, tais como o Estado, a nação, a etnia, a religião e a classe social, de forma que algumas identidades são fortalecidas, enquanto outras são enfraquecidas, influenciando diretamente na adesão às identidades adquiridas por meio do processo de socialização (ÍNAÇ; UNAL, 2013).

Há uma conexão entre a identidade do indivíduo e a identidade de grupos, visto que o indivíduo tenta descobrir quem ele é e, nessa busca pela identidade pessoal, o indivíduo se adequa aos grupos que fazem mais sentido naquele momento. Ao se encaixar em um ou mais

grupos, os papéis que uma pessoa exerce no grupo passam a ter uma grande influência sobre quem esse indivíduo é, mudando assim, a sua identidade pessoal (SMITH, 1991).

Existe uma grande variedade de papéis que um indivíduo pode assumir dentro da sociedade; dentre eles, os mais difundidos são identidade de gênero, identidade territorial, identidade de classe e identidade religiosa.

A identidade de gênero, por ser uma identidade universal, afeta a todos, mas de formas diferentes. Essa identidade muitas vezes determina as oportunidades e recompensas que teremos ao longo da vida. Porém, por ser muito abrangente, o gênero não possui uma base muito coesiva e potente para a identificação coletiva, minando, dessa forma, o potencial de mobilização dos grupos existentes pertencentes a essa identidade. Isso acontece porque, dentro da identidade de gênero, existe uma grande quantidade de outras identidades que inviabilizam a formação de um grupo homogêneo (SMITH, 1991).

A identidade territorial, por outro lado, é mais coesa. Porém, essa identidade também possui problemas na hora de se criar um poder de mobilização. Por conta de dois motivos. Primeiramente, as regiões são difíceis de se definir geograficamente; além disso, geralmente possuem múltiplos centros e as suas fronteiras são irregulares. Ademais, sem uma ideologia comum dentro do território, é bem provável que o poder se fragmente, fazendo com que regionalismos se tornem localismos (SMITH, 1991).

O terceiro tipo mais comum de identidade é a de classe. Apesar de Marx acreditar que essa identidade é o motor da sociedade através do que ele chama de luta de classes, segundo Smith, não há uma homogeneidade dentro das classes existentes, visto que nas aristocracias, é muito mais comum a existência de conflitos entre elas do que uma união em busca de um objetivo comum. Com os operários, por mais que todos eles sejam trabalhadores, eles trabalham em setores industriais diferentes e também possuem habilidades diferentes e níveis de renda distintos. Além disso, assim como na questão de gênero, também existe uma dispersão territorial entre essas pessoas, dessa forma, tornando difícil a mobilização das mesmas. Uma prova clara desse argumento é o fato das revoluções operárias serem tão incomuns na história quanto as revoluções camponesas (SMITH, 1991).

A identidade religiosa é criada através da disseminação de uma doutrina universal e é construída com base nas esferas da comunicação e socialização entre os indivíduos. A religião utiliza elementos da cultura, como valores, símbolos, mitos e tradições. Esses elementos são transmitidos para as pessoas através de costumes e rituais e, por conta disso, as religiões atraem pessoas que acreditam na mensagem que é difundida. Apesar de nos tempos modernos as religiões, em geral, não limitarem sua mensagem a grupos específicos, ainda há uma conexão

profunda entre religião e etnia. Por conta disso, muitas vezes há uma subdivisão da sociedade em identidades étnico-religiosas, criando, assim, comunidades étnicas. Dentre os casos mais conhecidos desse tipo de identidade destacam-se os judeus e os armênios (SMITH, 1991).

Durante a maior parte da história humana, existiu essa conexão entre as identidades étnica e religiosa, havendo uma subdivisão étnica mesmo em religiões que são mais dispersas pela sociedade, como o cristianismo e o islamismo durante a Idade Média. Apesar de a religião muitas vezes dividir a população, também houve casos em que ela foi um instrumento para a corrosão de diferenças étnicas, como aconteceu durante os primeiros anos do Cristianismo quando houve a conversão dos “povos bárbaros”. Além disso, é válido destacar que Smith afirma que, com o surgimento do Estado e do nacionalismo, a religião perdeu um pouco do seu potencial de mobilização de pessoas (SMITH, 1991).

2.3. Estado, Nação e Nacionalismo

Para trabalhar com uma visão macro sobre a formação de identidades nacionais, faz-se necessário, primeiramente, definir três conceitos: Estado, nação e nacionalismo.

O conceito de Estado, segundo Weber, diz respeito a organização que detém o monopólio da coerção dentro de um território. Nesse sentido, para que uma entidade possa ser legitimada como Estado, é necessário que a maioria dos seus cidadãos deixem de utilizar a violência como forma de garantir seus próprios interesses, confiando ao governo a sua própria segurança. Portanto, como pode ser observado, o principal papel do Estado é garantir a manutenção da ordem dentro da sociedade (GELLNER, 1983). Já em relação ao conceito de nação, esse autor afirma que além de compartilhar de características comuns, também é necessário que os membros de uma determinada nação se reconheçam mutuamente, possuindo direitos e deveres iguais por conta do pertencimento a ela (GELLNER, 1983).

Segundo Gellner, é necessário a seguinte situação para o nascimento de uma nação:

Quando as condições sociais gerais promovem culturas homogêneas, padronizadas e centralmente sustentadas, permeando populações inteiras e não só a elite, surge uma situação em que culturas bem definidas, educadas e unificadas constituem quase o único tipo de unidade com a qual os homens se identificam (GELLNER, 1983, p. 54).

Nesse sentido, existem alguns fatores necessários para o surgimento de uma identidade nacional. Um dos mais importantes é a existência de uma língua comum entre as pessoas, permitindo que elas detectem traços e características comuns entre elas, possibilitando, dessa forma, o surgimento de grupos e, posteriormente, de uma nação que comunga de muitas características comuns, como valores, crenças, governo e território (GILL, 2014). Mesmo nos

países europeus, a linguagem foi uma das barreiras que precisou ser transposta porque existia uma grande quantidade de dialetos que eram falados na sociedade. Para se ter ideia, segundo Hobsbawn, durante a unificação italiana em 1871, apenas 2,5% da população da Itália falava italiano. Além disso, a grande maioria da população mundial no século XIX era analfabeta (HOBSBAWN, 1990).

Nesse sentido, a imprensa e as escolas primárias desempenharam um papel primordial na homogeneização da língua, uma vez que foi através da imprensa que foi possível disseminar a língua nacional que havia sido escolhida pelo Estado e através das escolas primárias a população começou a ser alfabetizada. É importante salientar que a escolha de quais dialetos seriam utilizados dentro de cada Estado, na maioria dos casos, consistiu de decisões políticas e, muitas vezes, não foram pragmáticas, utilizando-se principalmente a língua que era utilizada pelas elites políticas. Ao longo desse processo, muitas línguas foram extintas da sociedade (HOBSBAWN, 1990).

Porém, apesar da linguagem ter sido um instrumento para criar uma identidade nacional nos países europeus, ela acaba possuindo um efeito contrário em locais em que há a coexistência de muitos grupos étnicos, pois a linguagem é algo muito importante para essas pessoas e, ao mesmo tempo, se torna uma barreira à comunicação entre as etnias que coexistem dentro de um mesmo território. Por conta disso, muitas vezes são gerados conflitos entre esses grupos pelo poder (GILL, 2014).

Smith (1991) faz uma divisão do conceito de nação em dois modelos. O primeiro modelo é o ocidental, enquanto o segundo é o não-ocidental. Sob o modelo ocidental, nação é uma comunidade política que vive dentro de um mesmo território e segue as mesmas regras. Esse modelo valoriza três principais fatores: a terra natal, a pátria e a existência de fatores em comum entre seus membros. A terra natal é valorizada, pois ela é um repositório das memórias de um povo ao longo das gerações. Já a pátria é composta por uma comunidade de leis e instituições reguladoras que tem como principal objetivo a promoção dos interesses da população como um todo. Por fim, o último fator que é importante para uma nação, no sentido ocidental, é a existência de uma comunidade política que comunga dos mesmos valores e tradições (SMITH, 1991).

Já sob o modelo não-ocidental, há uma valorização da descendência comum e da cultura popular. Nesse sentido, as pessoas valorizam muito a etnia a qual eles pertencem; dessa forma, mesmo que uma pessoa se mude para outro território, ela continuará pertencendo à mesma nação. Além disso, a cultura popular substitui as leis e as instituições em grau de importância em uma nação étnica (SMITH, 1991).

É importante salientar que esses modelos coexistem dentro de todos os Estados, sendo que em alguns momentos há a predominância do modelo ocidental e em outros do modelo não-ocidental. Porém, há alguns elementos que estão presentes nos dois modelos. Segundo Smith, esses princípios são:

Um território histórico ou uma terra natal; mitos e memórias históricas em comum; cultura pública de massa comum; direitos e deveres iguais para todos os membros; uma economia comum, com mobilidade territorial para todos os membros (SMITH, 1991, p. 14).

Apesar de Smith acreditar que esses aspectos são muito importantes para se entender uma nação, ele também acredita que existem outros elementos importantes, como pode ser visto em um trecho da sua obra:

A nação, de fato, desenha outros elementos de outros tipos de identidades coletivas, que não conta somente na forma como a identidade nacional pode se misturar com outros tipos de identidade – classe, religião e etnia – mas também na combinação do nacionalismo com outros tipos de ideologias, como liberalismo, fascismo e comunismo (SMITH, 1991, p. 14).

Por conta desses fatores, costuma haver uma inconsistência na interação que ocorre entre a nação e o Estado. Enquanto a nação é “um laço político e cultural, unificando uma comunidade política”, o Estado nada mais é que uma unidade política que possui o monopólio da coerção dentro de um território. Essa incongruência ocorre, principalmente, nos Estados plurinacionais, sendo válido destacar que, segundo uma estimativa feita pelo estudioso Walker Connor, na década de 70 do século XX, apenas 10% dos Estados possuíam uma única etnia dentro do seu território e, dessa forma, podem ser considerados Estados-Nação (SMITH, 1991, p. 14-15).

Já no que tange ao conceito de nacionalismo, segundo Gellner, trata-se de um princípio político que estabelece congruência entre a unidade política e a nação. Esse conceito também pode ser visto como um sentimento de frustração gerado por conta da violação desse princípio ou pela satisfação provocada pelo preenchimento das aspirações de um povo. Alguns motivos podem levar a uma ascensão do nacionalismo dentro de um Estado; dentre esses motivos, um dos motivos mais sensíveis é a existência de um governante estrangeiro dentro de uma nação (GELLNER, 1983).

Segundo Gellner, o nacionalismo é um fenômeno que só pode ocorrer em sociedades em que há Estado, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Nem todas as sociedades possuem um Estado. E o problema do nacionalismo não surge em sociedades sem Estado. Se não há Estado, as pessoas não podem perguntar se as fronteiras são congruentes com os limites das nações (GELLNER, 1983, p. 4).

A identidade nacional é o tipo de identidade mais importante para se entender o objeto de estudo da pesquisa, uma vez que em Hong Kong há a coexistência de duas identidades, sendo uma em âmbito nacional e outra em âmbito local, e entendê-las é importante para diagnosticar de fato a situação que existe dentro desse território, juntamente com seus possíveis desdobramentos.

2.4. Identidade e Relações Internacionais

A principal teoria de relações internacionais que utiliza o conceito de identidade como um dos fatores determinantes na forma como os Estados interagem entre si é a corrente construtivista, tendo como principal representante o autor Alexander Wendt.

Esta vertente construtivista é construída se embasando em alguns pressupostos. Primeiramente, essa corrente também acredita que os Estados são os principais atores do sistema internacional. Em segundo lugar, diferentemente das outras teorias de relações internacionais, o construtivismo acredita que as estruturas-chave do sistema de Estados devem ser analisados sob uma perspectiva intersubjetiva em vez de materialista. Por fim, mas não menos importante, o construtivismo também pressupõe que a identidade e os interesses dos Estados são construídos através do relacionamento que é desenvolvido entre eles, assim, a identidade é endógena em vez de exógena (influenciada por fatores externos ao sistema) (WENDT, 1994).

Wendt segmenta a identidade dos atores estatais em “constituição social” e constituição corporativa (WENDT, 1994).

Segundo Wendt (1994, p. 385):

A Identidade Corporativa refere-se às qualidades intrínsecas e auto organizadas que constituem a individualidade do ator. Para os seres humanos, isso significa o corpo e a experiência da consciência (Schwalbe, 1991); para as organizações, isso significa seus membros, recursos físicos, suas crenças compartilhadas e as instituições em virtude das quais os indivíduos funcionam como um “nós” (Douglas 1986).

A identidade corporativa de um Estado possui quatro interesses básicos.

Segurança física, incluindo a sua diferenciação dos outros atores; segurança ontológica ou relações previsíveis com o mundo, o que cria um desejo por identidades sociais estáveis; reconhecimento do ator pelos outros, além da sobrevivência através da força bruta; desenvolvimento, no sentido de conseguir proporcionar uma vida melhor as pessoas, e os Estados são os responsáveis no nível coletivo (WENDT, 1994, p. 385).

Esses interesses da identidade corporativa levam os Estados a tentarem satisfazê-los e ocorrem antes de haver qualquer interação social. Porém, a forma como os Estados irão alcançar

esses interesses depende da forma como ele se define em relação aos outros, desse modo, dependendo da identidade social do Estado tanto em relação aos outros Estados como em âmbito doméstico (WENDT, 1994).

A identidade social é um conceito referente à forma como os indivíduos, sociedades, Estados, entre outras categorias, se definem em comparação aos pares, sendo importante destacar que os atores normalmente possuem múltiplas identidades que variam em grau de importância dependendo da situação que o ator está vivendo. Por exemplo, segundo Wendt, um Estado pode ser “liberal” em âmbito doméstico e um *hegemon* no sistema internacional (WENDT, 1994).

As estruturas sociais intersubjetivas podem ter um caráter conflituoso ou cooperativo, dependendo sempre da interação que ocorre entre os Estados, levando a formação de uma identidade que pode ser hostil ou amistosa. Como exemplo disso, Wendt cita a Guerra Fria. Nesse caso, há a formação de duas identidades entre os países no mundo: “capitalistas” ou “socialistas”. Além disso, as duas superpotências, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ao se compararem com o outro, desenvolveram uma identidade de “inimigos”. Wendt afirma que a relação entre esses dois países mudou através da interação entre eles, visto que, mesmo em ambiente anárquico, eles foram aliados durante a Segunda Guerra Mundial, porém, por conta de alguns incidentes que ocorreram entre eles, como, por exemplo, a ocupação da Europa Oriental pela União Soviética e a Guerra da Coreia, houve uma alteração na forma como esses Estados se relacionavam, de forma que, em vez de aliados, eles se tornaram inimigos (WENDT, 1994).

O autor faz uma análise sobre como são formadas as identidades coletivas entre os Estados a partir de três mecanismos, sendo eles os contextos estruturais, os processos sistêmicos e a estratégia prática. Os contextos estruturais são interações que ocorrem em âmbito global ou regional que podem inibir ou catalisar a formação de identidades coletivas entre os atores do sistema internacional. Em sua abordagem acerca dos contextos estruturais, Wendt enfatiza bastante as estruturas sistêmicas intersubjetivas, que são entendimentos, expectativas e conhecimento social compartilhados nas organizações internacionais (WENDT, 1994).

O autor faz uma crítica aos teóricos neoliberais porque ele acredita que as estruturas intersubjetivas influenciam tanto nas situações em que há cooperação entre os Estados, como naquelas em que há conflito, pois essas situações são geradas, principalmente, através da percepção coletiva existente sobre os atores do sistema internacional (WENDT, 1994).

As estruturas intersubjetivas ajudam a mensurar, com base na interação entre as partes, se há espaço para a formação de uma identidade coletiva. Com relação a isso, em contextos

conflituosos, as possibilidades de surgimento da mesma são bem pequenos, pois quanto maior o sentimento de autopreservação dos Estados, mais eles buscarão defender seus próprios interesses, diminuindo assim, as chances de cooperação em assuntos menos delicados (WENDT, 1994, p. 389).

As estruturas intersubjetivas também dão significado para as estruturas materiais e a partir desse significado é que os Estados agem. Como exemplo disso, Wendt faz uma análise entre a aquisição de capacidades nucleares pela Grã-Bretanha e pela Rússia na Guerra Fria. Ele afirma que ambas conseguiram adquirir a capacidade de utilizar bombas nucleares, no entanto, a Grã-Bretanha não se tornou uma ameaça aos americanos, diferentemente dos russos que já possuíam um histórico recente de conflitos em algumas questões com os Estados Unidos da América (WENDT, 1994).

Já os processos sistêmicos são movimentos que ocorrem independentemente da ação dos Estados, como, por exemplo, o aumento da interdependência entre os Estados. Esse fenômeno pode acontecer por conta do aumento da densidade dinâmica, ou seja, em decorrência da intensificação do comércio e do aumento dos fluxos de capitais. Outro processo sistêmico ocorre em situações em que há a percepção de uma ameaça comum entre os atores e essa ameaça pode ser desde um país um atentando contra a soberania de um grupo de países até algo mais abstrato, como a possibilidade de uma guerra nuclear ou de um colapso ambiental. Em situações como as supracitadas, os Estados se tornam mais vulneráveis e percebem a necessidade de se unirem em prol de um objetivo comum, porém, essas situações podem transformar a identidade desse grupo de Estados, dessa forma, mudando o modo como eles interagem entre si (WENDT, 1994).

Por fim, o último mecanismo de formação de identidade coletiva são as estratégias práticas. Wendt afirma que, como as identidades e os interesses são moldados pelo processo de interação entre os Estados, esses dois fatores não podem ser tomados como constantes ou dados, pois uma vez que os atores interagem entre si, essas duas variáveis estarão sendo construídas pelas interação. Segundo o autor, as interações podem ser de dois tipos: comportamentais ou retóricas.

A primeira estratégia prática é baseada em múltiplas interações entre os atores de forma que, na medida em que os atores cooperam entre si em muitos cenários distintos, há a criação de expectativas mútuas de cooperação que permitem a esses atores manterem essa cooperação. Porém, nesse caso, os autores continuam egoístas, pois a interação entre eles só afeta as expectativas em relação ao comportamento em vez de afetar os interesses e a identidade (WENDT, 1994).

Já no caso do segundo tipo, Wendt afirma que, ao presumir que a identidade e os interesses estão sempre em processo de construção, existe a possibilidade de que uma cooperação entre países evolua para uma comunidade (WENDT, 1994). Um exemplo disso pode ser observado entre o Brasil e a Argentina, que possuíam uma relação bem instável até o fim da década de 70 do século XX, mas, por conta da cooperação que foi desenvolvida em alguns assuntos no início da década de 80 do século XX, fez com que a identidade existente entre eles se alterasse e, por conta disso, houve a construção das bases necessárias para a criação do Mercosul na década de 90.

2.5. Identidade e Hong Kong

Entender a identidade de um indivíduo, grupo, nação ou mesmo de um grupo de nações é importante porque nos permite entender melhor a percepção que esses atores têm sobre si próprios e dos outros, dessa maneira sendo possível interpretar melhor os motivos que levaram os agentes a agirem da forma como agiram, assim como ter uma ideia mais precisa sobre como esses indivíduos agirão no futuro conforme a situação em que se encontram. Para ter uma compreensão mais precisa sobre as identidades, é necessário observar os fatos políticos, econômicos, sociais que influenciam na formação das mesmas.

A identidade de Hong Kong é o objeto de investigação desse trabalho porque as pessoas que se sentem pertencentes a essa identidade estão passando por uma situação complicada, principalmente, após a reintegração pela China. Por estar inserida dentro do regime “um país, dois sistemas”, existe um conflito entre o modo de governo chinês (coletivista) e o modo de governo desejado pelos cidadãos (individualista).

Apesar de a China ter respeitado a autonomia local nos primeiros anos após a reintegração, depois de 2003 o governo da RPC adotou uma abordagem mais proativa em relação a Hong Kong, tendo como intuito mitigar os problemas existentes na cidade, principalmente através de uma maior integração econômica. O objetivo chinês, ao adotar essa abordagem, era criar um sentimento de identificação nacional que gerasse um cenário propício para a reintegração completa em 2047. Porém, até o momento, as medidas adotadas tiveram o efeito inverso, fazendo os habitantes de Hong Kong se identificarem cada vez mais com Hong Kong e menos com a China e, como consequência direta disso, houve o surgimento de um movimento separatista dentro de Hong Kong (HKU POP, 2017a; 2017b; 2017c; WEI-MAN; LUI; WONG, 2012).

Para entender melhor como essa situação foi gerada, será necessário o estudo e interpretação de uma série de processos. Primeiramente, é importante entender quais razões

levaram a formação de uma identidade em Hong Kong apenas nos últimos cinquenta anos da colonização britânica, mesmo a cidade mantendo o seu sistema de governança praticamente inalterado durante um período de 150 anos. Posteriormente, é relevante compreender os principais motivos que desencadearam a constituição dessa identidade e as principais características da mesma. Por fim, é imprescindível analisar como essa identidade influencia no comportamento da população, ao mesmo tempo em que se observa o impacto das ações governamentais chinesas, após a reintegração sobre o comportamento das pessoas.

. Nesse sentido, cabe aqui fazer uma breve introdução a respeito de Hong Kong. Hong Kong é uma cidade que pertenceu à China até o fim da Guerra do Ópio em 1842. O motivo da guerra foi o comércio de ópio, no entanto, as diferenças existentes na forma de lidar com a diplomacia entre a Grã-Bretanha e a China também foram relevantes para o início de uma guerra entre os dois Estados. A China perdeu a guerra e, como consequência disso, teve que ceder Hong Kong à Grã-Bretanha, conforme foi estabelecido pelo Tratado de Nanquim (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Durante 150 anos, poucas coisas mudaram em relação ao estilo de governança britânico e isso aconteceu porque a Grã-Bretanha tinha como principal interesse na cidade a projeção dos seus interesses comerciais no Oriente. Com esse objetivo, o governo britânico estabeleceu um modelo de governo na colônia que mantinha um governo pequeno e garantia a ordem e a estabilidade para que o comércio pudesse lá prosperar (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Na época em que a cidade de Hong Kong começou a ser colonizada, não existia o sentimento de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1983) de Hong Kong, pois a maioria dos habitantes possuíam uma identificação muito mais sólida com a China (CARROLL, 2007; TSANG, 2004). Nesse sentido, a identidade desses indivíduos estava muito mais próxima do que Smith chamou de identidade nacional étnica

Isso acontecia porque grande parte da população que se estabeleceu na colônia tinha um sentimento de que a cidade era um lar temporário até que as coisas melhorassem dentro da China Continental. Hong Kong sempre foi bastante sensível aos acontecimentos dentro da China, recebendo, sempre que havia momentos de instabilidade dentro do continente, ondas de imigração e, por conta disso, tornando difícil a criação de uma “nação” distinta (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Porém, isso mudou após a Revolução Comunista de 1949. Naquela época, Hong Kong viveu uma das maiores ondas de imigração de sua história, porém, o perfil desses imigrantes havia se transformado, pois a grande maioria das pessoas que imigraram nessa época tinha interesse em se estabelecer de fato em Hong Kong, não porque a cidade era desenvolvida ou

porque eles admiravam o estilo de governo oferecido pelos britânicos, mas porque era a única opção que essas pessoas tinham em relação ao comunismo na China (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Por conta do embargo americano aos chineses, Hong Kong deixou de ser um entreposto comercial por um período de 20 anos, ao mesmo tempo em que houve um enrijecimento do controle fronteiriço entre Hong Kong e China. Por conta disso, durante um período de 20 anos, não houve muito contato entre os chineses do continente e os chineses de Hong Kong, possibilitando, dessa forma, uma diferenciação de identidade nessas pessoas, principalmente, entre os mais jovens que tinham nascido dentro da colônia (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

O grande aumento na qualidade de vida em Hong Kong e o surgimento de uma cultura popular catalisou o processo de formação de identidade. “Essa identidade era uma mistura dos valores confucionistas, com a identidade ocidental que se pautava em instituições, como o livre mercado, direitos humanos, liberdade de expressão e democracia” (TSANG, 2004). Como pode ser observado, a identidade que foi formada em Hong Kong está muito ligada às instituições, dessa forma, possuindo características muito mais próximas de uma identidade nacional cívica.

Houve algumas discussões a respeito do futuro de Hong Kong durante o período colonial e a diplomacia britânica conseguiu postergar a maioria delas. No entanto, quando iniciou a última negociação entre os chineses e britânicos acerca de Hong Kong, a China já tinha se tornado uma das grandes potências do mundo e tinha uma posição mais favorável nessa negociação em relação a Hong Kong. Por conta disso, a Grã-Bretanha teve que acabar cedendo e concordado em entregar Hong Kong, juntamente com a Península de Kowloon e os Novos Territórios, em 1997 (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Apesar de a democracia estar dentro dos valores dentro da identidade de Hong Kong, a democracia em si, nunca foi implementada na cidade. A mesma só passou a ser algo buscado pelos cidadãos na década de 70, quando houve uma melhora na qualidade de vida das pessoas dentro da colônia. A partir do momento em que as negociações sobre o futuro dessa população se iniciaram, a democracia passou a ter apoio de grande parte das pessoas porque eles queriam ter a capacidade de se autogovernar. No entanto, não houve muitos avanços porque não era de interesse da China que Hong Kong se tornasse uma cidade democrática (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

A falta de democracia e as diferenças entre os estilos de vida da população de Hong Kong e de seus compatriotas do continente fizeram a população se preocupar muito em relação ao futuro, o que também influenciou muito na identidade existente, uma vez que eles passaram a ter um senso duplo de identidade, sendo ao mesmo tempo cidadãos de Hong Kong e cidadãos

da China. A preocupação existente foi catalisada por conta do Massacre da Praça da Paz Celestial em 1989, gerando, assim, um grande pessimismo nessas pessoas a respeito da reintegração à China (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Em 1997, a cidade foi reintegrada ao território chinês por meio do modelo “um país, dois sistemas” que previa a manutenção do sistema econômico e social vigente, sendo isso possível somente porque a cidade era extremamente estratégica economicamente para a China, se tornando, dessa forma, uma Região Administrativa Especial (RAE). A República Popular da China (RPC) manteve praticamente a autonomia de Hong Kong após a reintegração, no entanto, em 2003, uma grande quantidade de pessoas realizaram uma manifestação contrária à implementação de uma artigo que estava previsto na Lei Básica da RAE. Por conta disso, a RPC passou a ter uma abordagem mais proativa em relação a Hong Kong (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012).

Essa abordagem mais proativa gerou algumas consequências negativas para o relacionamento da China com Hong Kong, principalmente, as medidas que ameaçam o estilo de vida existente na cidade. Algumas medidas que a China queria implementar em Hong Kong buscavam criar um senso de identidade nacional chinesa na cidade, porém, elas, juntamente com a lentidão na transição para uma democracia, tiveram um efeito contrário e, cada vez mais, as pessoas se identificam com Hong Kong, em vez de se identificarem como chineses; para se ter ideia, segundo uma pesquisa de 2017 da Universidade de Hong Kong, apenas 3% da população jovem da cidade se considera um “chinês” (LAM, 2017).

Como pode ser observado, a identidade é uma questão bem relevante para a cidade e é um assunto bem delicado. Para se ter uma visão mais completa sobre o assunto e, ao mesmo tempo, entender como a questão da identidade pode influenciar no relacionamento entre Hong Kong e China, faz-se necessária uma análise ampla dos processos históricos pelos quais Hong Kong passou até chegar aos dias atuais e, a partir disso, será possível identificar algumas tendências para o futuro da cidade.

3. A COLONIZAÇÃO DE HONG KONG, A REVOLUÇÃO COMUNISTA DE 1949 E A CRIAÇÃO DAS BASES PARA A IDENTIDADE DO POVO DE HONG KONG

Figura 1 - Visão geral do território chinês e seu entorno



(JOHAN, 2017).

3.1. O relacionamento entre a China e a Grã-Bretanha e seus impactos sobre o destino de Hong Kong

A China é chamada por seus habitantes de Zhongguo que, traduzido para o português, pode ser entendido como “Império do meio” ou “País Central”. Essa visão que os próprios chineses tem de si próprios foi moldada desde os tempos antigos e criou uma identidade cultural de superioridade dos chineses em relação às outras civilizações, além de ter permitido que uma configuração social muito distinta tenha emergido no período de isolamento da China em relação ao ocidente. Essa identidade chinesa era legitimada pelo seu papel dominante na Ásia oriental, pela sua superioridade científica e técnica em muitos campos, além de ser respaldada

por uma organização administrativa e burocrática que conseguia promover estabilidade em seu território (KISSINGER, 2012, p. 12).

A China foi liderada por um imperador desde os tempos antigos e este possuía um status transcendental. Para os chineses, essa figura tinha o dever de governar sobre o *tianxia* ou “Tudo sob o céu”, pois ele possuía o chamado “mandato dos céus”. Nesse sentido, por conta da influência de Kong Fuzi ou Confúcio, o imperador tinha como dever ser um intermediário simbólico entre o Céu, a Terra e a humanidade, tendo como principal responsabilidade trazer harmonia porque ele era o “Filho do Céu” (KISSINGER, 2012, p. 14-19)

Na China, quando ocorriam fenômenos naturais perturbadores, como terremotos, tufões, dentre outros, para a população, isso significava que o imperador havia perdido o mandato do céu e, em consequência disso, legitimava rebeliões e até mesmo uma conflitos civis até que uma nova dinastia tivesse a capacidade de restaurar a Grande Harmonia do universo (KISSINGER, 2012).

Por conta de toda essa mitologia por trás do imperador, a China tinha uma maneira diferente de lidar com as outras civilizações, como pode ser observado em um trecho do livro de Kissinger:

Os imperadores chineses sentiam que não era prático pensar em influenciar países que tiveram a infelicidade de se situar a tão grandes distâncias da China. Na versão chinesa de excepcionalismo, a China não exportava suas ideias, mas deixava que os outros viessem buscá-las. Povos vizinhos, acreditavam os chineses, se beneficiavam do contato com a China e a civilização, desde que reconhecessem a supremacia do governo chinês. Se não, eram bárbaros. A subserviência ao imperador e a observância de rituais imperiais eram o cerne da cultura (KISSINGER, 2012, p. 20).

A China conseguia assumir uma postura isolacionista porque, apesar de nem sempre ter sido superior em poderio bélico, ela conseguia manter os “bárbaros” sob controle através da utilização de estratégias comerciais e de guerra, destacando-se a utilização de bárbaros para lutar contra bárbaros e, com o passar do tempo, esses bárbaros em seu entorno passavam a adotar a cultura chinesa¹ (KISSINGER, 2012). A sua autossuficiência também foi outro fator que permitia aos chineses manter essa postura, como é destacado por Kissinger:

A China produzia uma parcela maior do PIB mundial total do que qualquer sociedade ocidental em 18 dos últimos vinte séculos. Ainda em 1820, ela produziu mais de 30% do PIB mundial – quantidade que ultrapassava o PIB da Europa Ocidental, da Europa Oriental e dos Estados Unidos combinados (KISSINGER, 2012, p. 17).

¹ Os casos mais impressionantes acerca da utilização dessa estratégia ocorreram com os mongóis e manchus.

A economia chinesa passou a atrair os interesses dos europeus no século XVIII e eles passaram a almejar o estabelecimento de relações comerciais com a China, porém, dessa vez, havia um conflito de ordem ontológica, visto que os “bárbaros” europeus pretendiam substituir a ordem sinocêntrica por uma nova ordem que buscava o estabelecimento do livre-mercado e de embaixadores que residiriam na capital chinesa para garantir, assim, os interesses desses países (KISSINGER, 2012).

Nessa época, os europeus já eram superiores tecnologicamente à China, por conta da Revolução Industrial. Além disso, o comércio com a China era muito regulado, tendo como principal intuito barrar a disseminação das religiões ocidentais. Além disso, por conta da forma como os chineses lidavam com os outros povos, havia a cobrança de taxas elevadas dos comerciantes britânicos pelos comerciantes chineses e essas práticas incomodavam muito os britânicos. Por conta disso, a Grã-Bretanha começou a realizar missões para conseguir concessões da China e implementar algumas práticas ocidentais na China, como a abertura de embaixadas, o estabelecimento do livre comércio e um programa de modernização da economia chinesa. Porém, essa iniciativa não foi bem vista pelos chineses (KISSINGER, 2012).

A China possuía uma balança comercial superavitária com a Inglaterra através da exportação em massa de seda e chá para o Reino Unido. Contudo, essa situação se inverteu quando a Grã-Bretanha envolveu a Índia britânica nesse comércio e os três países passaram a desenvolver um comércio triangular². Como consequência dessa mudança, a balança comercial chinesa em relação ao Reino Unido se tornou deficitária, ocasionando saída de prata - meio de troca naquela época na China - da China e gerando escassez de prata (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Por conta da escassez de prata, a venda de ópio foi proibida, no final do século XVIII. Porém, o ópio continuou a entrar dentro da China através do contrabando e, em 1839, um grande carregamento de ópio de comerciantes europeus foi apreendido e esse estoque foi destruído. Esse incidente deixou a Grã Bretanha insatisfeita e fez com que ela entrasse em guerra com a China. Essa guerra ficou conhecida como Primeira Guerra do Ópio e durou, aproximadamente, quatro anos. Como principais consequências dessa guerra estão a assinatura de dois tratados entre China e Grã-Bretanha, sendo eles a Convenção de Chuenpi e o Tratado de Nanquim.

O Tratado de Nanquim estabeleceu os seguintes termos:

Ele estabelecia o pagamento de uma indenização de 6 milhões pela China, a cessão de Hong Kong e a abertura de cinco “portos signatários” pelo litoral, em que os ocidentais teriam permissão para residir e fazer negócios. Isso efetivamente desmantelou o “Sistema de Guangzhou” pelo qual a corte

² A China exportava chá e seda para a Grã-Bretanha e importava ópio da Índia Britânica

chinesa regulava o comércio com o Ocidente e o confinou a mercadores licenciados. Ningbo, Shangai, Xiamen e Fuzhou foram acrescentadas à relação de portos de tratado. Os britânicos asseguravam o direito de manter ligações permanentes nas cidades portuárias e de negociar diretamente com funcionários locais, ignorando a corte em Pequim (KISSINGER, 2012, p. 43).

A principal conquista efetiva, no longo prazo, do Tratado de Nanquim foi a colonização de Hong Kong, pois, apesar de ter sido uma vitória dos britânicos, o mesmo falhou na maioria dos aspectos para o qual ele foi firmado. Primeiramente, houver algumas omissões importantes que deveriam estar abrangidas pelo mesmo, como, por exemplo, não foi acordado um plano de ação em relação à exportação de ópio – sendo o ópio uma das principais causas da guerra – e, em decorrência disso, esse produto continuou a ser exportado para a China sem ser legalizado, além disso, houve alguns pontos estabelecidos pelo tratado que não foram colocados em prática, como o estabelecimento de representação diplomática através da abertura de embaixadas. Além de que a provisão, prevista no tratado, de que os britânicos poderiam enviar representantes consulares e comerciais para os cinco portos não foi totalmente respeitada (TSANG, 2004).

Por conta do fracasso do Tratado de Nanquim, a Grã-Bretanha ficou insatisfeita e a pressão para revisão do tratado foi aumentando. Durante uma década, os chineses conseguiram procrastinar a revisão desse tratado, pois o comércio, principal interesse da Grã-Bretanha, foi liberado em Guangzhou, sendo importante destacar que o ópio tinha um papel muito importante na manutenção da posição britânica na ordem mundial:

A Grã-Bretanha utilizava as receitas provenientes do comércio de ópio para comprar seda e chá da China e para sustentar a ocupação da Índia, mercadores chineses utilizavam os lucros da venda de seda e chá para comprar ópio de mercadores britânicos, produtores de ópio indianos utilizavam as receitas do ópio para comprar bens britânicos e os mercadores britânicos usavam os lucros da venda de produtos de seu país para comprar algodão americano (CARROLL, 2005, p. 27-28).

Em 1854, a Grã-Bretanha solicitou mais concessões por parte da China, tais como a legalização do comércio de ópio, liberdade para comerciar e navegar no Rio Yangzi e o direito de possuir representação diplomática em Pequim. Porém, os chineses não quiseram receber o governador e plenipotenciário de Hong Kong. Os britânicos empreenderam algumas tentativas de pressionar a China para forçá-la a realizar essas concessões, porém, elas não foram efetivas. Em 1856, houve um conflito entre uma embarcação³ de Hong Kong navegada por britânicos e

³ Os chineses dentro da embarcação foram presos sob a acusação de pirataria e contrabando, já os britânicos eram protegidos pelo princípio da extraterritorialidade que foi obtida através do Tratado de Nanquim.

chineses contra autoridades de Guangzhou e esse incidente foi um pretexto utilizado pelos britânicos para revisar o Tratado de Nanquim (TSANG, 2004).

Por conta desse incidente, os britânicos iniciaram a 2ª Guerra do Ópio com a China. Essa guerra durou, aproximadamente, quatro anos. Com a ocupação de Guangzhou um ano após seu início, os britânicos conseguiram a assinatura do Tratado de Tientsin. Porém, os britânicos continuaram avançando no território chinês para garantir a ratificação do tratado e, depois de quatro anos, eles capturaram Pequim. Após a ocupação dessa cidade, o Tratado de Tientsin foi ratificado e um tratado de paz adicional foi assinado, a Convenção de Pequim I (TSANG, 2004).

Os dois tratados estabeleciam que mais indenizações deveriam ser pagas pelos chineses, os britânicos teriam direito de estabelecer residência diplomática em Pequim, mais dez portos da China passariam a poder ser utilizados para o comércio exterior, além disso, missionários e mercadores da Grã-Bretanha também poderiam ter acesso ao interior do país. Por fim, os britânicos também conseguiram converter o arrendamento da Península de Kowloon em uma concessão permanente (TSANG, 2004, p. 45-47).

Com a imposição desses tratados, iniciou-se o processo de criação do que ficou conhecido como sistema de tratados na China⁴. Com o enfraquecimento dos chineses provocados pela guerra, os britânicos ficaram confiantes acerca da efetivação dos termos do tratado. Diferentemente do Tratado de Nanquim, a Convenção de Pequim como um todo foi aceita de forma bem mais fácil, visto que o imperador chinês estava em uma posição bem menos favorável que o negociador britânico Elgin, principalmente por conta da ocupação da capital chinesa (TSANG, 2004).

No entanto, o enfraquecimento da China preocupou os britânicos porque eles não desejavam uma fragmentação do território chinês. Em decorrência disso, os britânicos procuraram garantir a manutenção do imperador chinês no poder contra ambições indesejadas do ocidente e também contra problemas que ocorriam no interior da China, destacando-se as ambições imperialistas francesas e a Rebelião Taiping (TSANG, 2004)

Após a concessão da península de Kowloon, o governo britânico não tinham mais intenção de se expandir territorialmente, porém, muitos interesses começaram a pressionar por uma anexação do restante do restante dessa península. Os principais interesses que pressionavam para uma anexação do restante do território, desejavam que a área fosse utilizada

⁴ A China costuma se referir a esses tratados, como “Tratados Desiguais” e, no século XX, buscava a revisão da maioria dos tratados dessa época.

para fins militares e para especulação financeira em cima dos lotes de terra, tendo em vista que muitas terras da península já haviam sido compradas antes mesmo da terra se tornar parte de Hong Kong, como iria ocorrer no futuro (TSANG, 2004).

A Grã Bretanha resistiu à ideia de se expandir mais territorialmente na China, pois ia no sentido contrário dos seus interesses básicos em relação a ela que era a expansão do comércio; nesse sentido, era mais estratégico para os britânicos manter a China totalmente aberta ao livre comércio e evitar que ela se tornasse uma nova África, com a realização de uma divisão entre as potências europeias, além de não almejar um processo de colonização como ocorreu na Índia, como pode ser visto no seguinte trecho:

Fazer da China uma nova Índia poderia estender demais o poder imperial britânico e uma expansão do controle sobre a China poderia levar o território a ser fragmentado da mesma forma que a África, prejudicando, dessa forma, o livre mercado. Expansão territorial na China poderia provocar as outras potências europeias a fazer o mesmo (CARROLL, 2005, p. 68).

No entanto, é importante destacar que a segunda parte do século XIX foi marcada pela competição entre as grandes potências. No fim do século XIX, havia um equilíbrio de poder entre as grandes potências e a Grã-Bretanha estava em uma posição relativamente pior do que no momento em que foram firmados os tratados com a China. Em 1895, a China perdeu uma guerra para o Japão e isso gerou uma série de concessões por parte dos chineses, como o empréstimo de Jiaozhou para a Alemanha e a ocupação dos portos Arthur e Dalien que fazem parte da Península de Liaodong (CARROLL, 2007).

Por ter sido incapaz de prevenir esses acontecimentos, a coroa britânica mudou a sua política externa em relação aos chineses, principalmente quando a França obteve a concessão de um território que se localizava a 210 milhas de Hong Kong, conhecido como a Baía de Guangzhou. Essa concessão passou a ser uma ameaça à segurança da colônia e, em decorrência disso, a Grã-Bretanha passou a almejar expandir Hong Kong territorialmente. Nesse sentido, a área que interessava à coroa britânica era o restante da Península de Kowloon e outras 230 ilhas que estavam ao redor da Península de Kowloon e de Hong Kong⁵ (CARROLL, 2005; TSANG, 2004, p. 49)

Em abril de 1898, as negociações começaram e um acordo foi feito rapidamente com os chineses. A diplomacia chinesa tinha como principal objetivo ter perdas menores e garantir dois objetivos principais, sendo eles: não ceder terras permanentemente e, ao mesmo tempo, manter a sua soberania. Nesse sentido, foi feito um acordo com Grã-Bretanha em que o território que

⁵ A área dos Novos Territórios é dez vezes maior que a área inicial de Hong Kong (TSANG, 2004, p. 71).

era almejado pelos britânicos seria concedido por um período de 99 anos através de um tratado que ficou conhecido como a Segunda Convenção de Pequim (TSANG, 2004). Esses tratados foram responsáveis pela formação territorial de Hong Kong, e seu território continua o mesmo, como pode ser observado no mapa abaixo:

Figura 2 – Território de Hong Kong após a 2ª Convenção de Pequim



(GEOLOGY, 2017)

Diferentemente da ocupação de Hong Kong, houve resistência por parte da população local do território que foi chamado de Novos Territórios. A resistência ocorreu porque alguns líderes locais pensavam que os britânicos ameaçariam o poder que suas famílias detinham por alguns séculos. Além disso, os aldeões temiam que os Britânicos imporiam novas taxas, confiscariam terras e também iriam intervir nos costumes locais, especialmente no *feng shui*. Porém, quando os britânicos demonstraram que eles não tinham intenção de interferir radicalmente na vida local, a resistência diminuiu e a ocupação do território começou formalmente no dia 16 de Abril de 1899 (CARROLL, 2007).

A governança dos Novos Territórios se deu de forma muito diferente da colônia de Hong Kong e Kowloon. Esse território foi governado de forma muito parecida com o modelo de governança chinesa naquela época, interferindo o mínimo possível, confiando a administração do território aos anciões locais e apenas coletando impostos. Um dos fatores que fez com que a administração dessa área tenha sido muito diferente de Hong Kong era o fato de essa região estar muito integrada com o restante de Guangdong. Porém, com o passar do tempo, a região passou a ter um relacionamento muito mais próximo com Hong Kong, principalmente após a Revolução Comunista na China em 1949 (CARROLL, 2007).

A negociação não considerou as consequências de longo prazo para a colônia, já que agora esse território passaria a ser uma parte integrante do território colonial e alguns cenários não foram considerados pelos negociadores, como um possível fortalecimento da China enquanto Estado-nação, fazendo com que a China buscasse a revisão desses tratados, assim como a retomada dos territórios que foram concedidos. Esse tratado foi considerado um triunfo para a diplomacia britânica, porém, no longo prazo, se mostrou um grande erro, pois desconsiderou um possível fortalecimento da China no futuro e criou uma abertura para uma possível reintegração à China em 1997 (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Houve uma tentativa de negociação a respeito de Hong Kong e os Novos Territórios entre 1945-49. Porém, por conta dos problemas internos que estavam ocorrendo na China, ficou acordado entre os britânicos e os chineses que essa questão seria negociada no futuro (CARROLL, 2007).

Em 1979, MacLehose, governante de Hong Kong na época, visitou a China com o pretexto de discutir as quatro reformas de Deng Xiaoping. Porém, seu objetivo era conseguir um adiamento da devolução dos Novos Territórios ou uma integração permanente desses territórios a Hong Kong. Porém, nesse encontro, Deng Xiaoping afirmou que Hong Kong faz parte da China e que qualquer negociação a respeito desse assunto deve partir desse pressuposto. Além disso, ele também declarou que Hong Kong será tratado como uma região especial e continuará sendo uma país capitalista. Esse modelo ficou conhecido como “Um país, dois sistemas”⁶ (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Em 1982, a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher viajou para Pequim para negociar sobre a colônia britânica. Ela partiu de uma posição em que a Grã-Bretanha tinha direito à soberania sobre Hong Kong e a península de Kowloon, por conta dos tratados que

⁶ O modelo “um país, dois sistemas” havia sido pensando para Taiwan; porém, a RPC resolveu fazer de Hong Kong uma versão teste.

foram assinados no século XIX. Além disso, outro pressuposto que os britânicos levaram em conta é o fato de Hong Kong ser indefensável e, ao mesmo tempo, só ser viável em conjunto com os Novos Territórios. Porém, para o governante da China não havia nenhuma chance de os chineses abrirem mão da soberania de Hong Kong. Segundo Tsang (2004, p. 205) existia três problemas a serem resolvidos através de negociação na visão de Deng Xiaoping:

1. A questão da soberania; 2. Como a China administraria Hong Kong após 1997, objetivando a manutenção da prosperidade; 3. Como assegurar a realização de uma transição não problemática.

Durante as negociações, Margaret Thatcher afirmou que a prosperidade de Hong Kong só poderia ser mantida sob o governo da Grã-Bretanha, até abrindo a possibilidade de abrir mão da soberania, sem abrir mão da administração da colônia após 1997. No entanto, Deng considerava os tratados que davam o controle de Hong Kong aos britânicos inválidos e afirmou que se eles não fossem capazes de chegar a um acordo em um período de dois anos, ele tomaria alguma medida unilateral sobre esse território (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Em junho de 1983, as negociações entraram na segunda fase e foram bem complicadas porque os britânicos queriam continuar administrando a colônia depois da data limite, porém, para os chineses não era possível abrir mão da administração do território, sem abrir mão da soberania. Quando a data limite que havia sido estipulada por Deng estava se aproximando, os negociadores da Grã-Bretanha desistiram da ideia de manter Hong Kong e enfocaram o tema de como a colônia seria administrada após a reintegração (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

As negociações chegaram ao fim em setembro de 1984 e foram criados três documentos a respeito da reintegração de Hong Kong à China. O primeiro deles estabelecia como seria a política chinesa em relação a Hong Kong depois de 1997. O segundo criava uma comissão conjunta para supervisionar o período de transição. O último documento estabelecia o escopo das políticas a serem adotadas em Hong Kong durante a transição (TSANG, 2004)

O Anexo I estabelecia que Hong Kong se tornaria uma Região Administrativa Especial, mantendo sua autonomia em todas as áreas, à exceção da política externa e segurança. O governo seria formado por habitantes locais, mas seu governante seria nomeado pela RPC. A cidade manteria seu status de porto livre, não seria tributada pela China e teria controle sobre as próprias finanças. Além disso, seus habitantes manteriam direitos, como liberdade de expressão, liberdade religiosa, direito à greve, à propriedade privada. Também ficou previsto que Hong Kong poderia enviar comissões independentes para a Organização Mundial do Comércio e para as olimpíadas. Por fim, ficou estabelecido que esse sistema se manteria até 2047 (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Em 1990, foi promulgada a Lei Básica (mini-constituição de Hong Kong) e, apesar das pressões populares pela democracia, não houve muitos avanços nesse sentido. Ficou estabelecido que haveria um aumento gradativo da representatividade da população dentro do governo, mas a China ainda continuaria nomeando os chefes do alto escalão do governo. Além disso, também ficou estabelecido que, em 2011, haveria um referendo para tratar da implementação da democracia (TSANG, 2004).

3.2. Modelo de colonização, imigração e a construção das bases para a formação da identidade nacional cívica em Hong Kong

Hong Kong se tornou uma colônia inglesa em 1841, com a assinatura da Convenção de Chuenpi. A ocupação do território foi pacífica e ainda havia a chance de esse território ser devolvido aos chineses, principalmente porque alguns britânicos do alto escalão acreditavam que haviam outras cidades chinesas mais estratégicas para os interesses britânicos (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Porém, com a assinatura do Tratado de Nanquim, ficou assegurado que Hong Kong seria cedida a Grã-Bretanha de fato, conforme disposto no trecho a seguir:

Pelo artigo III do Tratado de Nanquim, se estabelece que o Imperador Chinês cedeu para a Rainha Vitória ‘a Ilha de Hong Kong, para ser possuída perpetuamente pela sua majestade britânica, seus herdeiros e sucessores, e para ser governada pelas leis e regulamentos que sua Majestade a Rainha... julgue oportuno dirigir (TSANG, 2004, p. 31).

A Colônia passou a existir formalmente após a ratificação do tratado em junho de 1843 e foram confeccionados dois documentos que exerciam o papel de constituição de Hong Kong e criaram as bases para a formação da colônia. Esses documentos são: a Carta Patente e as Instruções Reais da Rainha Vitória (TSANG, 2004).

A Carta Patente estabelecia que Hong Kong teria um governador indicado pela coroa que seria auxiliado pelo conselho legislativo e executivo. O governador teria autoridade e poder total sobre a colônia, mas ele ainda estaria sujeito às desautorizações e revisões de Londres. As Instruções Reais, por outro lado, detalhavam a forma como a ilha deveria ser organizada e governada (TSANG, 2004).

Primeiramente, foi estabelecido que o conselho legislativo e o conselho executivo teriam um caráter apenas consultivo. Nesse sentido, o poder do governador era tão grande que nenhuma lei, em âmbito geral, poderia ser feita pelo conselho legislativo sem que tenha sido proposta previamente por ele. Desse modo, houve a configuração de um sistema político muito

distinto do vigente na Grã-Bretanha, onde existe a supremacia do parlamento. Esse documento também estabeleceu que o conselho legislativo tinha poder para aprovar leis em âmbito local (TSANG, 2004).

Na colônia não havia uma separação clara dos poderes, e dos três poderes, o mais fraco deles era o legislativo. Já em relação ao judiciário⁷, apesar de os juízes serem escolhidos pelo governador, a independência desse poder era garantida pela Grã-Bretanha, já que o governador era fiscalizado pelo governo de Londres (TSANG, 2004).

Na prática, o governador de Hong Kong, além de ser responsável pela gestão da cidade, também era responsável pelo relacionamento com as autoridades da China e pela proteção do comércio da Grã-Bretanha no Oriente. Contudo, com o fim da Segunda Guerra do Ópio, houve o estabelecimento de uma embaixada em Pequim e, por conta disso, o governador de Hong Kong passou a ficar encarregado apenas da administração da colônia, deixando as questões diplomáticas a cargo dessa embaixada (CARROLL, 2007).

O modelo de colonização de Hong Kong pode ser considerado atípico porque não tinha como objetivo a exploração, e sim a projeção dos interesses comerciais, militares e diplomáticos da Grã-Bretanha, apesar de a utilidade diplomática ter diminuído drasticamente após o estabelecimento de uma embaixada em Pequim. Já em relação aos propósitos militares, por conta do baixo contingente de militares responsáveis pela defesa da ilha, Hong Kong atuava mais como uma base de suporte britânica nas operações no leste asiático. Dessa forma, a principal utilidade de Hong Kong para os britânicos se concentrava na ampliação das relações comerciais com a China (CARROLL, 2007).

Como a razão de existência da colônia era a projeção dos interesses comerciais da Grã-Bretanha, os principais objetivos que eram visados pelos britânicos na governança dos chineses era a preservação da estabilidade e a ordem. Dessa forma, não havia muita interação entre o governo e os habitantes chineses da colônia e isso acontecia porque não havia interesse de ambos os lados, além de barreiras culturais e linguísticas geradas pela pequena quantidade de oficiais britânicos capazes de se comunicar efetivamente com os chineses (TSANG, 2004).

No início da colonização, a ilha foi aberta a mercadores de todas as nações, incluindo a própria China. Naquela época, esse território tinha aproximadamente 7 mil habitantes e a maioria dessas pessoas desempenhava atividades como agricultura familiar ou a pesca para se sustentar. As autoridades de Hong Kong esperavam que o comércio iria florescer rapidamente

⁷ Conforme ficou estabelecido pelas Instruções Reais, a nomeação dos juízes era feita pelos governantes de Hong Kong.

através da atração de mercadores de Macau e de Guangzhou. Porém, a cidade de Hong Kong acabou tendo um desenvolvimento lento por conta da abertura dos outros portos dentro da China, tendo, assim, dificuldade na atração de mercadores. Outro motivo que prejudicou esse desenvolvimento foram os altos índices de criminalidade em Hong Kong no início da colonização, por conta do perfil dos imigrantes que vieram da Grã-Bretanha e da China (CARROLL, 2007).

Nessa época, também havia muitos problemas na administração da justiça, principalmente, por conta da aplicação de leis sobre os chineses que não eram aplicadas sobre os britânicos que viviam na cidade. Um dos exemplos mais claros dessa discriminação era o fato de os chineses serem obrigados a se registrarem e carregarem um bilhete para poder circular na colônia, caso contrário, eles poderiam ser multados, presos ou até mesmo sofrerem punições corporais. Outro exemplo de discriminação foi a criação de leis, as quais só foram revogadas em 1946, que proibiam os chineses de viver em alguns locais da colônia, (TSANG, 2004).

Outro problema do sistema judicial na colônia ocorria por conta da baixa qualificação e sobrecarga⁸ dos magistrados. A não adoção dos procedimentos estabelecidos pela Lei Inglesa foi outro fator que prejudicou muito a administração da justiça na colônia. Porém, a situação melhorou bastante em 1860, quando ficou estabelecido que um dos magistrados deveria ser graduado, ser capaz de falar cantonês e ter conhecimentos legais. Por conta disso, a situação melhorou bastante, uma vez que houve o rompimento de barreiras linguísticas, ao mesmo tempo em que profissionais mais preparados passaram a exercer as funções de magistrados (TSANG, 2004).

Apesar de todos os problemas, a lei em Hong Kong nem sempre era injusta com a população chinesa, principalmente quando se faz uma comparação com a província de Guangdong. Naquela época, o governo de Guangzhou estava recorrendo a medidas extremas para conseguir restaurar a ordem e impedir o colapso da autoridade imperial. Por conta disso, executou uma grande quantidade de pessoas. E mesmo com todas as deficiências do sistema legal de Hong Kong, ele ainda era um sistema legal bem menos severo em comparação ao sistema legal da China e esse foi um dos motivos que fez Hong Kong ter atraído tantos trabalhadores chineses (TSANG, 2004).

Ao longo da sua história, houve algumas mudanças na administração da justiça em Hong Kong, principalmente no que tange a aplicação das leis sobre a população chinesa da cidade.

⁸ No fim do século XIX, dois magistrados eram responsáveis pelo julgamento de 18.000 casos por ano (TSANG, 2004, p. 59).

Por conta disso, muitos chineses da colônia passaram a admirar o modelo de sistema judicial e passaram a abraçar o Estado de direito (TSANG, 2004).

A grande maioria da comunidade chinesa pertencia às classes sociais mais baixas e era a classe trabalhadora de Hong Kong. Porém, alguns chineses pertenciam à classe média e, em geral, eram professores, donos de pequenas empresas, assistentes dentro de pequenas empresas ou dentro do governo. Os britânicos residentes, por outro lado, ocupavam cargos de liderança no governo, ou eram arrendatários de terra ou membros da aristocracia de Hong Kong. Essa configuração social só foi se alterar nos últimos 50 anos da colonização⁹ (TSANG, 2004).

Apesar de a cidade ter tido um desenvolvimento lento nos primeiros anos, com o fim da Segunda Guerra do Ópio, algumas condições permitiram que Hong Kong se tornasse um grande centro comercial. Primeiramente, a população da colônia cresceu muito por conta de alguns fatores, destacando-se:

Primeiramente, por conta do desemprego gerado em Guangdong devido a competição entre os produtos chineses com o algodão britânico fez com que muitos chineses emigrassem para Hong Kong em busca de melhores oportunidades, sendo importante destacar que a maioria desses imigrantes, utilizavam a colônia para emigrar para os EUA, pois, naquela época, havia sido descoberto ouro na Califórnia (CARROLL, 2007). Além disso, nessa época, Hong Kong passou a ser um centro de transbordo e, por isso, muitos albergues foram estabelecidos em Hong Kong. Porém, por conta dessa atividade, muitas pessoas foram traficadas para outros lugares para trabalharem em condições desfavoráveis (TSANG, 2004, p. 68);

Em segundo lugar, também houve um aumento no fluxo de imigrantes para a Hong Kong por conta das insurreições internas na China, principalmente a Rebelião Taiping. Para se ter uma ideia dos efeitos dessa rebelião sobre o crescimento populacional de Hong Kong, observa-se que, entre 1853 e 1859, a população colonial cresceu de 40 mil para 85 mil habitantes (CARROLL, 2007, p. 33).

Por conta desses fatores, a colônia começou a ter um crescimento econômico acelerado e, conseqüentemente, atraiu mais comerciantes europeus e investimento estrangeiro. Um dos indicadores de confiança mais claros disso foi a abertura de muitos bancos, destacando-se a abertura do *Hong Kong and Xangai Bank Corporation* (HSBC) em julho de 1864. Esse banco atuou como Banco Central da colônia e assim permaneceu até os últimos anos do período colonial (CARROLL, 2007).

⁹ Alguns chineses conseguiram chegar às classes mais altas no século XIX, no entanto, são uma quantidade muito pequena quando comparados a quantidade de britânicos residentes ricos.

A colônia foi se tornando um local mais atraente para o comércio do que os outros portos que foram abertos pelo Tratado de Nanquim e Tientsen. Isso se deve por conta de alguns fatores, como, por exemplo, a possibilidade de comerciar ópio, além de que, diferentemente dos outros portos, Hong Kong era controlado politicamente pela Grã-Bretanha, dessa forma, possuindo um ambiente muito mais confiável para realização do comércio, pois a gestão britânica garantia estabilidade, segurança e previsibilidade e, por conta disso, a cidade se tornou um grande centro para o comércio internacional (CARROLL, 2007).

Por conta do crescimento econômico, começou a ocorrer uma diversificação da economia de Hong Kong e, por conta disso, o comércio de ópio perdeu um pouco da sua importância na matriz econômica, porém, ainda foi a atividade mais importante até a tomada de Hong Kong pelos japoneses na Segunda Guerra Mundial. Hong Kong já se beneficiava naquela época da mão-de-obra barata encontrada na China e de uma grande quantidade de atividades que se desenvolveram com o intuito de auxiliar o comércio, como, por exemplo, bancos, seguradoras, frentistas e fabricantes de navios. Outra vantagem de Hong Kong era a possibilidade de escapar das regulações e restrições da China ao comércio internacional (TSANG, 2004).

O ambiente favorável de Hong Kong possibilitou que a cidade se tornasse um entreposto comercial e os comerciantes passaram a importar produtos, como arroz, pimentas, frutos do mar, jóias e óleo de côco dos países do sudeste asiático e passaram a realizar a reexportação de produtos chineses para o sudeste asiático, destacando-se, principalmente, seda, ervas medicinais, óleo de cozinha e amendoins (TSANG, 2004).

Com o crescimento da população, também foi possível o surgimento de um mercado interno e esse era realizado, principalmente, pelos chineses. Apesar de a economia ainda ser dominada pelos residentes britânicos, por conta do alto peso que os serviços financeiros e o comércio internacional tinham sobre a economia colonial, a abertura de empresas chinesas focadas no mercado interno fez com os chineses passassem a ter um impacto maior sobre a economia. Por conta disso, após quase meio século de colonização, possibilitou-se que alguns chineses se tornassem ricos e, como consequência disso, começaram a surgir alguns bancos chineses. Essas instituições passaram a desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento da economia através do financiamento dos empreendimentos chineses¹⁰ (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

¹⁰ A maioria dos chineses não sabia falar inglês; dessa forma, os bancos chineses agiam como intermediários entre os bancos ocidentais e os homens de negócios chineses.

A ascensão de uma burguesia chinesa também fez com que essas pessoas buscassem uma maior representatividade e alguns dos efeitos disso foram a criação de escolas só para chineses ricos, a criação de uma câmara de comércio chinesa e o surgimento de um nacionalismo entre esses chineses que foi catalisado com o surgimento de um imprensa chinesa na mesma época (CARROLL, 2007).

A criação de uma imprensa chinesa facilitou o acesso à informação aos chineses, permitindo que eles ficassem mais informados e desenvolvendo o senso crítico dessa população em relação às ações dos outros países; como exemplo disso, destacam-se os boicotes aos produtos americanos e japoneses que aconteceram, respectivamente, entre 1905-1906 e 1908 em Hong Kong e Guangzhou. Esses boicotes tiveram consequências graves para o comércio desses dois países e demonstram que apesar desses chineses viverem em Hong Kong, eles ainda se identificavam com a China e aos acontecimentos que ocorriam em relação a ela (CARROLL, 2007).

Nessa época, Hong Kong já era uma colônia britânica há mais de 50 anos e, como consequência disso, a educação existente dentro da cidade adotava um modelo ocidental. Por conta da liberdade de mobilidade entre a China e Hong Kong, muitas pessoas do continente estudavam na colônia e, por conta disso, entravam em contato com as ideias ocidentais e passavam a admirá-las. Por conta disso, começou a surgir no início do século, movimentos dentro de Hong Kong que queriam mudar a realidade existente dentro da China. Dentre essas pessoas, destaca-se Sun Yatsen (CARROLL, 2007).

Hong Kong foi uma das bases mais importantes para o sucesso da Revolução de 1911 na China, pois desempenhava quatro funções: recrutamento e seleção de membros, financiamento (os chineses ricos davam suporte financeiros), era a base para a ocorrência das insurreições por conta da proximidade e também servia de abrigo quando as revoluções falhavam, sendo, desse modo, um porto seguro para os revolucionários. A criação de um porto seguro para dissidentes políticos e refugiados em Hong Kong foi possível porque o governo de Hong Kong praticava uma política de não-intervenção nos assuntos internos da China e essa política tinha como principal objetivo a manutenção dos interesses econômicos da Grã-Bretanha (TSANG, 2004), como pode ser observado no trecho abaixo:

A política de Hong Kong em relação à China é de imparcialidade e não-intervenção nos assuntos internos da China. A Colônia está preocupada em manter relações amigáveis com o governo da China... Mas o desejo de manter relações amigáveis com as autoridades chinesas vizinhas não quer dizer que Hong Kong participa com eles em qualquer disputa interna (TSANG, 2004, p. 86).

O sucesso da revolução foi muito bem recebido pela população de Hong Kong e aumentou o nacionalismo existente dentro da cidade, porém, ela falhou em conseguir assegurar estabilidade e segurança aos chineses do continente e, por conta disso, gerou duas consequências diretas para a colônia, sendo elas: o aumento do fluxo de imigrantes para a colônia e a complicação do relacionamento da Grã-Bretanha com a China, pois agora era necessário estabelecer relações com uma grande quantidade de grupos, em vez de negociar diretamente com Pequim¹¹ (TSANG, 2004).

Em paralelo aos desdobramentos da Revolução de 1911, ocorria também a Primeira Guerra Mundial. Durante a guerra, a segurança da colônia não foi ameaçada em nenhum momento e o principal papel exercido pela colônia foi no suporte econômico e militar às tropas da Grã-Bretanha¹². Sendo importante destacar que alguns chineses¹³ também ajudaram financeiramente, pois admiravam a forma como eram governados pelos britânicos (TSANG, 2004).

A guerra gerou algumas consequências para colônia; dentre elas, destaca-se a escassez de produtos, que levou a um aumento nos preços dessas mercadorias sem que houvesse aumento nos salários, diminuindo, dessa forma, o poder de compra da população. Por conta disso, houve uma grande quantidade de greves, principalmente, na década de 20, que tinham como objetivo conseguir uma revisão de salários. Essas greves foram os primeiros sinais de mobilização dos trabalhadores e foram, em geral, bem-sucedidas, conseguindo uma elevação média de 20% em seus salários (TSANG, 2004).

A grande quantidade de greves demonstrou ao governo que a elite chinesa não conseguia mais manter a ordem e a estabilidade dentro da comunidade chinesa, como era possível no século anterior porque a sociedade Hong Kong havia mudado. Por conta disso, o governo passou a ficar mais vigilante e aprovou, no conselho legislativo, uma lei que dava ao governo o poder de criar leis que considerava importante para o interesse público (TSANG, 2004).

O nacionalismo chinês se fortaleceu ainda mais na década de 20 e, por conta disso, através do financiamento fornecido pelo Kuomintang e o PCC, começou uma greve dentro de Hong Kong que tinha objetivos políticos. Dentre os principais objetivos da greve, destacam-se: a redução de aluguéis, liberdade política, igualdade perante a lei, criação de uma legislação

¹¹ Esse sistema, dentro da China, ficou conhecido como “Sistema de Senhores da Guerra”.

¹² 30% (579 pessoas) dos residentes britânicos que viviam na colônia se voluntariaram para o serviço militar fora da colônia (TSANG, 2004, p. 91).

¹³ De um total de \$HK10 milhões, 20% foram doados pelos chineses ricos (TSANG, 2004, p. 91).

trabalhista, igualdade no número de assentos para chineses e britânicos no conselho legislativo e liberdade de residência em qualquer lugar da colônia (CARROLL, 2007, p. 98).

Essa greve foi extremamente custosa e, em seu ápice, chegou a ter a adesão de mais de 30% da população da cidade e, apesar de ter sido orquestrada por forças externas, tinha motivos genuínos, como o combate aos privilégios dos estrangeiros e a busca por uma maior representatividade da população chinesa. Algumas medidas foram adotadas pelo governo, porém, a greve só foi terminar depois de um ano e meio, com o fim do financiamento fornecido pelo Kuomintang¹⁴. Apesar da grande adesão, muitas pessoas auxiliaram o governo e trabalharam como voluntários durante a greve para impedir um colapso econômico da colônia (CARROLL, 2007; TSANG, 2004, p. 97).

A greve-boicote de 1925-26 gerou algumas consequências; primeiramente, a colônia passou por uma crise financeira e, sem o auxílio financeiro da Grã-Bretanha, a economia de Hong Kong teria entrado em colapso. Além disso, também houve a transformação da mentalidade dos chineses, fazendo com que eles cobrassem mais do governo e demandassem mais direitos. Por conta disso, o governo também percebeu que a população chinesa não era homogênea e, por isso, passou a ter uma abordagem mais proativa na governança dos chineses. Entre as medidas, destacam-se: a deportação de comunistas e o aumento dos recursos humanos e financeiros disponíveis na Secretaria de Assuntos Chineses (TSANG, 2004).

Em 1929, houve a quebra da bolsa de valores de Nova York e, mesmo sofrendo o impacto dessa crise, a colônia continuou a crescer. Esse crescimento pode ser explicado pelos ganhos de produtividade adquiridos com a implementação de novas tecnologias dentro da colônia, como energia elétrica e máquinas, além de que alguns produtos que, antes importados, passaram a ser produzidos internamente. Além disso, por conta da crise mundial, o preço da prata caiu e a moeda de Hong Kong, que era lastreada na prata, também caiu; desse modo, houve um grande aumento nas exportações de Hong Kong. Porém, em 1933, os Estados Unidos, o Japão e a Grã-Bretanha, os principais parceiros de Hong Kong, desvalorizaram as suas moedas e, como consequência, a de Hong Kong, se apreciou. Por isso, a balança comercial de Hong Kong caiu para os níveis de 1931 (TSANG, 2004).

Nessa época, também foram implementadas algumas políticas públicas que buscavam melhorar as condições de vida, dentre as quais destaca-se a concessão de subsídios para escolas

¹⁴ Quando Chiang Kai-Shek assumiu o comando do Kuomintang, o projeto de unificação chinesa já parecia mais tangível; por conta disso, ele rompeu com o PCC e passou a priorizar a reunificação chinesa. Por conta disso, o Kuomintang parou de apoiar o movimento grevista de Hong Kong. O Japão também passou a ser uma ameaça maior à segurança da China (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

existentes, permitindo que os chineses tivessem acesso à educação barata ou gratuita¹⁵. Essa medida conseguiu melhorar muito o índice de alfabetização da população¹⁶ da colônia. Também foram tomadas iniciativas para combater alguns problemas sociais da cidade, como a prática do mui tsai¹⁷, o fumo de ópio e a prostituição (TSANG, 2004).

O período entre guerras ficou marcado por um grande crescimento populacional, mais uma vez, por conta dos problemas que ocorriam na China. Para se ter ideia, a população de Hong Kong, que era de 625 mil em 1931, passou a ser de 1.6 milhão em 1941 antes da eclosão da Guerra do Pacífico. Como consequência disso, a maior parte da população de Hong Kong havia ido para a colônia em busca de melhores condições de vida, pois mesmo com os baixos salários e as longas jornadas de trabalho, ela preferia estar em Hong Kong por conta da ordem e estabilidade. Porém, um dos efeitos de a maior parte dessa população ter se mudado para a cidade há pouco tempo, foi que parte dela era constituída de pessoas que acreditavam que a colônia era apenas um lar temporário até as coisas melhorarem na China (TSANG, 2004, p. 110).

Em 1937, os japoneses fizeram uma grande investida sobre a China. Durante a ocupação japonesa da China, Hong Kong era muito estratégica por conta do fornecimento de suprimentos para China e, apesar dos chineses terem solicitado apoio militar britânico, por conta da política de apaziguamento, a Grã-Bretanha não atendeu a esse pedido. Algum tempo depois, os japoneses foram bem-sucedidos na conquista de Guangzhou e, como a Grã-Bretanha já estava envolvida em uma guerra com os alemães no Ocidente, a defesa de Hong Kong e das outras colônias britânicas no extremo oriente se tornou inviável. Em 1941, os japoneses invadiram a cidade de Hong Kong (TSANG, 2004).

A queda de Hong Kong para os japoneses teve implicações práticas para o futuro da colônia. Pela primeira vez, os britânicos que viviam na colônia se tornaram prisioneiros de guerra. Além disso, sob o comando de Franklin Delano Roosevelt, Chiang Kai-Shek foi nomeado como comandante do teatro de operações da China que envolvia a China inteira, a Tailândia e a Indochina e, apesar de não estar claro se Hong Kong estaria sob sua jurisdição, Chiang Kai-Shek acabou considerando a colônia parte do seu teatro de operações, sendo

¹⁵ Se a família da criança possuísse uma renda muito baixa, ela teria acesso à educação gratuita.

¹⁶ Em 1930, 20.020 pessoas estavam matriculadas nessas escolas, enquanto em 1931, cerca de 57 mil crianças e adolescentes de Hong Kong já sabiam ler e escrever em chinês (TSANG, 2004, p. 112).

¹⁷ Mui Tsai: famílias mais pobres que não tinham condições de criar suas filhas vendiam suas filhas para famílias ricas, sendo que a forma como essas meninas eram tratadas pelas suas novas famílias variava muito. Algumas eram bem tratadas, enquanto outras eram tratadas escravas domésticas pelas. Em 1917, houve o início de uma campanha contra essa prática, sendo que, em 1935, foi decretado que as pessoas que utilizassem dessa prática seriam presas.

importante destacar que Chiang Kai-Shek fez algumas sondagens naquela época buscando a revisão dos chamados “Tratados Desiguais” (TSANG, 2004, p. 123).

O futuro da colônia se tornou incerto e um alerta foi dado por David MacDougall, um cadete oficial de Hong Kong, após sua visita à China. Segundo ele, todos os oficiais chineses com quem ele conversou afirmavam que Hong Kong retornaria à China após a guerra. Grande parte dos americanos também eram a favor da reintegração de Hong Kong, pois os americanos eram contra o imperialismo clássico. Já Churchill afirmou que questões relativas a ajustes territoriais deveriam ser deixadas de lado no momento e serem tratadas em uma conferência de paz. Em 1942, foi feito um compromisso entre os britânicos e os chineses de que a questão relativa aos Novos Territórios seria discutida no futuro (TSANG, 2004, p. 124).

O Japão passou a utilizar Hong Kong em suas estratégias de guerra e também adotou medidas econômicas, como o confisco de todos os materiais que eram úteis para o país. Por conta dessas medidas, ficou insustentável a alimentação de 1.5 milhão de habitantes; devido a isso, os japoneses expulsaram todas as pessoas que não tinham residência ou emprego dentro da cidade e, como consequência disso, cerca de 900 mil pessoas deixaram Hong Kong durante a ocupação dos japoneses. Essas medidas fizeram a economia de Hong Kong entrar em colapso, geraram escassez de comida e estima-se, que durante a ocupação japonesa, em média, 400 pessoas morriam por dia (TSANG, 2004, p. 125).

Em 1943, o escritório colonial começou a acreditar que a Grã-Bretanha deveria tentar negociar a manutenção de Hong Kong no império britânico e, se ficasse provado que a manutenção do território fosse impossível, a colônia se tornaria uma contribuição para um acordo de paz no leste asiático. No final daquele ano, foi produzido um documento que estabelecia que a Grã-Bretanha deveria manter os Novos Territórios ou então realizar um acordo com a China para controle conjunto do aeroporto, dos reservatórios e outras infraestruturas que eram vitais para o funcionamento de Hong Kong. Porém, as vantagens obtidas com o decorrer da guerra, destacando-se a grande perda que os chineses sofreram dentro do seu território, juntamente com o avanço bem-sucedido dentro do território de Burma, fizeram com que os britânicos se tornassem mais rígidos em relação a Hong Kong (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Em agosto de 1945, os japoneses declararam rendição total e, assim que foi confirmada a rendição dos mesmos, os britânicos enviaram tropas para Hong Kong, com o apoio da frota americana que estava no Pacífico. A Grã-Bretanha desrespeitou a jurisdição de Chiang Kai-Shek, pois a colônia estava sobre dentro do teatro de guerra da China e reocuparam a colônia sem consultar os chineses. Os britânicos optaram por esse curso de ação, mesmo desgastando

as relações com a China, porque existia muitas incerteza em relação ao futuro da China, fazendo com que a colônia se tornasse ainda mais estratégica para a projeção dos interesses britânicos no Oriente (CARROLL, 2007).

Os chineses, sob a liderança de Chiang Kai-Shek, poderiam ter retaliado e invadido Hong Kong¹⁸, pois a colônia estava dentro do teatro de operações da China e, dessa forma, ele tinha tropas suficientes para combater a Marinha Real. Porém, foi feito um acordo com Chiang Kai-Shek que a aceitação formal da rendição japonesa seria feita em conjunto, de forma que a credibilidade dele não fosse prejudicada. Ademais, nesse momento, havia grande possibilidade de uma guerra civil entre os nacionalistas e os comunistas da China. Por conta disso, o Kuomintang preferiu deixar a questão de Hong Kong em *standby* e focar nos problemas internos da China (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o reinício da guerra civil na China, o futuro de Hong Kong se tornou incerto e havia muitas dúvidas sobre qual deveria ser a posição adotada pela política externa britânica em relação a essa colônia. Porém, depois de muitas discussões internas, ficou definido que o melhor curso de ação seria esperar o governo chinês sinalizar o desejo de negociar essa questão. Além disso, a Grã Bretanha também adotou uma política de neutralidade em relação aos dois grupos que estavam em guerra (TSANG, 2004).

Em relação ao futuro de Hong Kong, como se mostraria verdadeiro no futuro, o líder do PCC, Mao Zedong, fez a seguinte declaração em 1946:

A China já tem problemas suficientes em suas mãos para tentar limpar a bagunça no seu próprio país [...] Eu não estou interessado em Hong Kong; o Partido Comunista não está interessado em Hong Kong; nunca foi uma questão discutida entre nós. Talvez daqui dez, vinte, trinta anos nós podemos solicitar uma discussão a respeito do seu retorno, mas a minha atitude é a de que se eles não maltrataram os assuntos chineses em Hong Kong, e se os chineses não forem tratados como inferiores em questões como impostos e voz no governo, eu não estou interessado em Hong Kong, e certamente não permitirei que haja um ponto de disputa entre a sua nação e a minha (TSANG, 2004, p. 148-149).

Essa declaração feita por ele se mostrou verdadeira quando seu grupo conseguiu tomar o poder em 1949, pois os comunistas tinham a capacidade de tomar o poder, mas as tropas de Mao Zedong tinham ordens diretas para não deixar que nenhum incidente ocorresse quando eles se aproximassem da fronteira de Hong Kong. Algum tempo depois, Mao declarou que Hong Kong possuía um valor econômico muito importante para a China e isso ficou bem claro durante a Guerra da Coréia. Outro motivo que fazia a RPC não querer retomar Hong Kong

¹⁸ Eles tinham um exército de 60 mil homens a uma distância de 300km de Hong Kong (TSANG, 2004, p. 132)

imediatamente se devia ao fato de Hong Kong dividir a política externa da Grã-Bretanha e dos E.U.A. em relação ao leste asiático (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Com os desdobramentos de 1949, a retomada de Hong Kong pela China pôde ser adiada. Uma das únicas preocupações que ainda restavam dizia respeito à permissão da manutenção de um porto livre e gerido pelos britânicos que seria utilizado para o comércio dos chineses com o restante do mundo. Buscando garantir essa condição, os britânicos reforçaram a defesa da ilha com o desdobramento de 30.000 tropas na colônia (TSANG, 2004, p. 150).

Com o fim da ocupação japonesa, e com uma postergação da devolução de Hong Kong aos chineses, o governo de Hong Kong passou a desenvolver as bases para o desenvolvimento econômico da colônia. Havia um consenso dentro do governo de que a cidade não poderia ser administrada da mesma forma como havia ocorrido antes da Segunda Guerra Mundial (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Inicialmente, foi instaurado um governo militar, que se concentrou, principalmente, na resolução dos problemas gerados pela ocupação japonesa, como a escassez de comida, estabilidade da moeda, oferta de combustível, saúde pública e trabalho. As medidas adotadas foram bem efetivas e, por conta disso, grande parte da população que havia emigrado voltou à colônia. A velocidade com que foi possível se recuperar da guerra se deveu a eficiência da administração da colônia e à força de vontade dos chineses, como foi destacado pelo governador, MacDougall: “Se você der uma chance para eles, você não consegue impedir os chineses de se levantarem novamente” (CARROLL, 2007; TSANG, 2004, p. 138).

No ano seguinte, foi possível realizar a transição para um governo civil e Young assumiu o poder. Sabendo da necessidade de mudanças, ele propôs algumas medidas que tinham como intuito resolver alguns problemas da colônia. Entre as suas propostas destacam-se o aumento no número de vagas no conselho legislativo e executivo para os chineses, além da criação de um conselho municipal, no qual representantes seriam eleitos pela população (CARROLL, 2007).

Young foi substituído por Grantham e, apesar de suas reformas terem sido aprovadas pelo parlamento britânico, elas não foram implementadas pelo seu sucessor. O novo governador acreditava que a proximidade com a China impossibilitava a criação de uma lealdade da população de Hong Kong com a Grã-Bretanha e, por conta disso, era perigoso aumentar a

influência que a população possuía sobre o governo¹⁹. Por isso, as reformas propostas pelo antigo governador não foram colocadas em prática (CARROLL, 2007).

Apesar de as reformas constitucionais não terem sido implementadas, existia um sentimento dentro do governo de Hong Kong de que algumas mudanças menores deveriam ser realizadas, principalmente no que tange a discriminação racial. Uma das medidas adotadas foi a revogação das leis que proibiam os chineses de viverem em alguns locais da colônia. Essa medida simbólica permitiu que a discriminação racial diminuísse drasticamente. Outras medidas também foram adotadas, como a proibição do fumo de ópio e a triplicação do salário mínimo. Além disso, o número de vagas do conselho legislativo aumentou e, a partir desse momento, o número de chineses e residentes britânicos dentro desse conselho passou a ser igual (CARROLL, 2007).

Como consequência da guerra civil na China e, posteriormente, da vitória comunista, Hong Kong passou pelo maior fluxo de imigrantes chineses da história, passando de 600 mil pessoas em 1945 para 3 milhões de pessoas nos anos 60; Porém, o perfil dos imigrantes era diferente dos anos anteriores; os novos imigrantes não tinham intenção de voltar a China por conta do comunismo e a grande maioria se estabeleceu na cidade permanentemente (TSANG, 2004, p. 161-165).

Simultaneamente, a China sofreu com o embargo feito aos seus produtos e, por conta disso, Hong Kong perdeu, temporariamente, o seu papel enquanto principal entreposto comercial da China. Devido a isso, os empreendedores viram na industrialização uma forma de conseguir se adaptar à nova situação gerada pelo contexto internacional, sendo desenvolvida por conta dos únicos dois recursos abundantes em Hong Kong, sendo eles a mão de obra barata e os portos. Por conta disso, houve a abertura de muitas indústrias, de todos os tamanhos, voltadas para a exportação de bens e, na medida que o mercado internacional se alterava, essas empresas iam se adaptando as novas condições através de mudanças dentro de modelos de negócios (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Por conta da grande disponibilidade de mão-de-obra barata, essas indústrias adotavam salários muito discrepantes para os trabalhadores disponíveis. As empresas praticavam salários diferentes para o nível de habilidade de seus funcionários, como uma forma de incentivar esses trabalhadores a melhorarem as suas habilidades e, conseqüentemente, seus salários no futuro,

¹⁹ Dois outros fatores também tiveram influência no fracasso das reformas, sendo eles a mudança na situação política da China e a falta de apoio dos mercadores chineses e britânicos que viviam em Hong Kong.

sendo importante destacar que, mesmo com as péssimas condições de trabalho, não houve muitos processos trabalhistas durante esse período (TSANG, 2004)

A prioridade do governo nessa época era garantir a ordem e a estabilidade. O governo teve um papel mínimo na industrialização, se preocupando somente com a construção de um ambiente favorável para as empresas prosperarem; para tanto, ele direcionou recursos para subsidiar o acesso à moradia de seus trabalhadores, também ofereceu terras para o estabelecimento de grandes empresas e buscou diminuir a burocracia necessária para abertura e manutenção de empresas. Além disso, o governo também passou a investir mais em saúde, educação e em infraestrutura (TSANG, 2004).

Nessa época, o setor financeiro de Hong Kong também se desenvolveu muito e os imigrantes que vieram de Xangai tiveram grande influência nesse desenvolvimento. Essas pessoas que, em geral, eram empreendedores tiveram a iniciativa de tentar conseguir empréstimos diretamente com os bancos ocidentais²⁰ e, por conta da resposta positiva desses bancos, os outros empreendedores de Hong Kong também passaram a buscar financiamento com aqueles bancos. Em decorrência disso, começou-se a construção de uma relação simbiótica entre os bancos e as empresas. Ao mesmo tempo, também foi rompida uma barreira linguística que existia entre os chineses e os britânicos residentes que passaram a trabalhar juntos e, como consequência direta, houve uma diminuição brusca na discriminação racial dentro de Hong Kong (TSANG, 2004).

Todas essas mudanças que ocorreram em Hong Kong entre 1950 e 1970 permitiram que a economia se desenvolvesse significativamente. Por conta disso, as receitas governamentais cresceram e, sem aumentar os tributos, foi possível melhorar as condições de vida da população através de investimento governamental. O governo passou a investir mais recursos em educação, saúde e na construção de casas. Também fez alguns projetos de infraestrutura para facilitar o escoamento das mercadorias da cidade e criou uma lei que reduzia as jornadas de trabalho dentro de Hong Kong (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Apesar dos gastos do governo terem sido aumentados, a sua política econômica que era conhecida como política de não-intervenção positiva, foi mantida. Nesse sentido, basicamente, o governo não utilizava de política industrial para catalisar o desenvolvimento de alguns setores da economia e deixava a gestão dos negócios na mão da iniciativa privada (TSANG, 2004).

²⁰ Cerca de 2/3 das empresas que existiam em Xangai foram transferidas para Hong Kong por conta da Revolução Comunista (TSANG, 2004, p. 157).

Na década de 70, havia o sentimento entre os empreendedores de que o modelo de industrialização não poderia se manter no longo prazo, pois a cidade não tinha vantagens competitivas para desenvolver indústrias intensivas em capital ou tecnologia, além da baixa disponibilidade de terra e recursos naturais. Apesar desse pessimismo, por conta das políticas adotadas nas décadas de 50 e 60, o governo conseguiu criar um cenário propício para a criação de um centro financeiro em Hong Kong. Entre as principais condições necessárias, destacam-se recursos humanos, administração pública eficiente, baixos impostos e uma política econômica transparente e consistente. Por conta desses fatores, Hong Kong conseguiu atrair, sem conceder incentivos financeiros, uma grande quantidade de bancos estrangeiros, consultorias, escritórios de contabilidade e de advocacia, se tornando um dos centros financeiros mais importantes do mundo (TSANG, 2004).

Quando a China restabeleceu relações comerciais com os Estados Unidos em 1972, a cidade de Hong Kong se reconfigurou enquanto principal entreposto comercial da China e se tornou um dos motores do desenvolvimento chinês no final do século XX. Segundo Schenk (2008), muitas empresas chinesas passaram a abrir escritórios em Hong Kong para estabelecer relações com o ocidente e conseguir acesso à tecnologia e a métodos de gestão empresarial. Além disso, por conta da melhoria na qualidade de vida, o preço da mão de obra na cidade se elevou e, como consequência disso, muitas empresas passaram a transferir suas plantas produtivas para a China, principalmente para a província de Guangdong, sendo válido destacar que, por isso, Hong Kong foi a maior fonte de Investimento Externo Direto na China no século XX. Por fim, uma consequência da melhora no relacionamento entre os dois atores foi a catalisação do comércio que cresceu, em média, 28% ao ano entre 1978 e 1997 (SCHENK, 2008).

Como consequência da transferência das indústrias de Hong Kong para China, especialmente Guangdong, houve uma grande queda na participação da indústria de Hong Kong na economia. Ao mesmo tempo, a consolidação da cidade, enquanto um centro financeiro, fez com que o setor de serviços se tornasse predominante em Hong Kong, assim como acontece nos dias atuais (SCHENK, 2008).

Conforme pode ser observado, Hong Kong é uma cidade que mudou bastante em um período muito curto de tempo, principalmente por conta da Revolução Comunista na China e seus desdobramentos. As medidas tomadas pelo governo, que ocorreram na cidade, principalmente entre 1950 e 1970, juntamente com a mudança de mentalidade no perfil dos imigrantes que chegaram à cidade, permitiram a criação das bases para a formação de uma identidade própria na população de Hong Kong, conforme discutiremos no próximo capítulo.

4. FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE HONG KONG E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A REINTEGRAÇÃO E AS RELAÇÕES COM A RPC

4.1. A construção da identidade do povo de Hong Kong

Em Hong Kong, apesar de ter sido uma colônia por mais de 100 anos, somente algumas pessoas realmente identificavam com a colônia, na época em que houve a Revolução Comunista. Porém, tudo isso começou a mudar com a Revolução Comunista na China em 1949. Por conta da instauração do comunismo na China, muitas pessoas fugiram de lá para Hong Kong e, diferentemente do que ocorria no passado, essas pessoas não pretendiam voltar para a China quando as coisas se estabilizassem porque eles haviam fugido da China por conta do regime, sendo que em 1950, o governo colonial optou por fechar as fronteiras com a China e, como consequência disso, a RPC também fortaleceu o seu próprio controle de fronteiras. Vale destacar que houve momentos em que esse controle foi enfraquecido, permitindo assim, que muitas pessoas imigrassem para Hong Kong (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

No entanto, apesar de a mentalidade das pessoas ter mudado drasticamente, ainda não havia espaço para a criação de uma identidade em Hong Kong, pois as pessoas que se mudaram para a colônia só pensavam em melhorar as próprias condições de vida, seja através do empreendedorismo ou através de trabalho duro. Naquela época, as jornadas de trabalho eram extremamente grandes e, dessa forma, não sobrava tempo para que essas pessoas lutassem por reformas ou refletissem sobre o tipo de governo que desejavam (TSANG, 2004). Porém, foi essa mesma configuração que possibilitou o milagre econômico de Hong Kong na década de 50, como foi apontado pelo historiador Steve Tsang.

A mentalidade do refugiado significava que a maioria dos empreendedores e trabalhadores viam o enclave britânico como um bote salva-vidas com a China sendo o mar. Aqueles que subiram no bote salva-vidas não queriam balançá-lo. Empreendedores como eram, eles fizeram mais do que ficar a bordo esperando pelo resgate. Eles usaram toda sua imaginação, talento, recursos disponíveis, trabalho duro, determinação para que o bote salva-vidas navegasse em direção à segurança. A fundação espetacular de Hong Kong e o milagre econômico pós-guerra foi construído sobre o sangue e o suor de seus trabalhadores, tanto quanto a engenhosidade, perspicácia empresarial e empreendedorismo de seus empreendedores (TSANG, 2004, p. 163).

Naquela época, conforme já abordado nesse trabalho, por conta de sua capacidade financeira, não havia muitos incentivos do governo ao trabalhador ou para as empresas. O

governo priorizou a criação de um ambiente de negócios estável e gastava seus recursos humanos e financeiros em áreas que melhorariam esse ambiente e facilitariam o desenvolvimento econômico da colônia. Porém, algumas reformas foram realizadas e outras foram propostas porque o governo percebeu que não era possível voltar a uma configuração colonial como a que existia antes da invasão japonesa em 1941. Dentre as mudanças que de fato foram implementadas, destaca-se o fim da lei que proibia chineses de morarem em alguns locais da colônia, diminuindo assim a discriminação racial, pois, como vimos previamente, grande parte das propostas realizadas não foram colocadas em prática (TSANG, 2004).

Em 1966, Hong Kong ainda possuía condições de trabalho e de vida bem precários e, em decorrência disso, ocorreram algumas manifestações que eram motivadas por motivos econômicos ou políticos. As manifestações de cunho político ocorreram como uma extensão da Revolução Cultural que ocorria na China nessa mesma época, apesar de não terem sido orquestradas pelo poder central na China Continental. O Comitê do Trabalho, se aproveitando de um incidente que ocorreu em uma fábrica em Hong Kong, começou a mobilizar trabalhadores para iniciar uma Revolução Cultural na colônia (TSANG, 2004).

Havia uma confiança por parte do governo da colônia de que esses protestos eram iniciativas locais, não havendo, dessa forma, uma vontade por parte do Partido Comunista de retomar Hong Kong naquele momento. Porém, apesar de eles não terem incitado esses protestos, eles não poderiam parar essa iniciativa porque isso diminuiria a credibilidade da revolução que estava sendo orquestrada no país; além disso, o governo central chinês ainda declarou que as manifestações que estavam ocorrendo em Hong Kong faziam parte da “luta contra o colonialismo e o imperialismo” (CARROLL, 2007, p. 145; TSANG, 2004).

Os britânicos estavam mais preparados militarmente para gerenciar esses protestos, pois já haviam enfrentado algumas manifestações na década anterior e tinham investido no treinamento da sua força policial para lidar melhor com esses eventos. Apesar disso, também precisaram recorrer à força, utilizando-se de gás lacrimogênio para dispersar os manifestantes. Os manifestantes não conseguiram uma adesão muito grande das pessoas da colônia e perderam muito apoio popular quando plantaram cerca de 8 mil bombas pela colônia, das quais 1420 eram verdadeiras. Por terem colocado em risco a vida de civis inocentes, a população de Hong Kong começou a apoiar o governo. Posteriormente, a Revolução Cultural entrou em uma fase mais branda e o Ministro das Relações Exteriores, Zhou Enlai, instruiu o Comitê do Trabalho a suspender o confronto com o governo de Hong Kong (TSANG, 2004, p. 177).

Com o fim da confrontação, mesmo que as condições de vida não tenham se alterado do dia para a noite, o governo da colônia passou a ter apoio popular, principalmente dos estudantes,

sendo importante destacar que isso foi um marco para a formação da identidade de Hong Kong, pois, com o conflito que ocorreu, as pessoas da colônia tiveram que refletir sobre quem apoiar, o governo de Hong Kong ou o maoísmo na China. Assim, foi necessário que eles refletissem sobre quem eles eram e qual tipo de governo eles queriam ter. Por conta disso, pela primeira vez, grande parte das pessoas da colônia passaram a enxergar que Hong Kong era o seu território e lar e, como consequência, começou-se a desenvolver na colônia uma identidade nacional própria de Hong Kong (TSANG, 2004). Como também foi apontado na obra de Carroll (2007, p. 149):

David Faure, que era um estudante na Universidade de Hong Kong, escreveu: “as manifestações de 1967 foram o primeiro exemplo de uma ação dirigida contra um governo já estabelecido, mas, para muitos, a demonstração, as bombas e os motins ocasionais confirmaram o que estava sendo noticiado pela imprensa sobre os excessos da Revolução Cultural” Forçada a escolher entre a RPC e Hong Kong, grande parte da população em Hong Kong preferiu escolher o regime colonial como seu governo. Ao mesmo tempo, eles se viram cada vez mais como membros de uma comunidade especial, separados tanto do governo colonial quanto de seus compatriotas no continente.

O governo também entendeu que, apesar de a principal manifestação ter sido um desdobramento da Revolução Cultural na China, havia, sim, um descontentamento da população com o governo de Hong Kong, principalmente pela falta de transparência sobre as políticas públicas que são adotadas, com a corrupção no baixo escalão do governo e com a desigualdade social que existia na colônia. Em decorrência disso, para manter a ordem e a estabilidade, o governo passou a adotar medidas para sanar os problemas existentes (TSANG, 2004).

Em relação à transparência sobre as políticas públicas que são adotadas, foi criado um canal de comunicação direta entre o governo e a população, por meio do qual as pessoas poderiam tirar dúvidas diretamente com o governo, diminuindo, dessa maneira, os problemas que são gerados pela existência de intermediários entre a população e o governo (TSANG, 2004).

Segundo Carroll (2007) havia um sentimento dentro dos altos escalões do governo de que a corrupção estava intrinsecamente ligada à cultura chinesa, mas, com o passar do tempo muitos casos de corrupção envolvendo britânicos foram descobertos e, apesar disso, grande parte dos governantes preferiram fazer vista grossa em relação a esse problema. Há um conflito nas obras de Tsang e Carroll em relação à dispersão dessa corrupção dentro do governo, pois, para o primeiro o primeiro, a corrupção geralmente estava ligada às pessoas que interagem diretamente com a população, enquanto para o segundo, a corrupção era generalizada no governo, sendo que, quando ficou provado que um dos membros do alto escalão, Peter Godber,

estava realmente envolvido com corrupção, não sobrou outra opção ao governo da colônia a não ser combater esse problema. Para tanto, em 1970, foi criada uma Polícia Anti-Corrupção. Em 1974, também foi criado um comitê que respondia diretamente ao governador e tinha como objetivo principal combater a corrupção (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

A existência da comissão em si não era suficiente para resolver o problema da corrupção; no entanto, o combate à corrupção que foi empreendido, juntamente com a extradição de Godber em 1975, fez com que muitas campanhas contra a corrupção ganhassem apoio popular²¹. O apoio popular a essas campanhas permitiu que a corrupção deixasse de ser aceita na sociedade de Hong Kong e, por isso, acabou caindo drasticamente já na década de 1980, fazendo com que a cidade se tornasse um dos locais menos corruptos do mundo nos dias atuais segundo a Transparência Internacional (CARROLL, 2007; TRANSPARENCY, 2016; TSANG, 2004).

O problema da desigualdade social pôde ser atenuado, pois, como consequência do milagre econômico de Hong Kong nas décadas de 50 e 60, o governo aumentou drasticamente as suas receitas sem precisar aumentar a quantidade de impostos cobrada da população. Por conta disso, o governo foi capaz de realizar investimentos em áreas que não eram prioritárias no passado, como grandes projetos para melhorar a infraestrutura, além de ter aumentado drasticamente os investimentos realizados na educação, construção de casas e na saúde. Além disso, também criou algumas emendas constitucionais para diminuir as jornadas de trabalho dos trabalhadores (TSANG, 2004).

A renda per capita de Hong Kong cresceu drasticamente na década de 70 por conta das medidas adotadas pelo governo e da reconfiguração de Hong Kong enquanto um entreposto comercial da China, fazendo com que Hong Kong se tornasse um grande centro financeiro do mundo e um dos motores das quatro reformas que foram colocadas em prática por Deng Xiaoping na China continental. Para se ter uma ideia, estima-se que a renda per capita cresceu cinco vezes entre 1971 e 1981, melhorando muito, portanto, as condições de vida da população. Um dos principais desdobramentos da melhora da qualidade de vida das pessoas da colônia foi o surgimento de uma cultura popular (TSANG, 2004).

A cultura popular de Hong Kong incorporou as técnicas e ideias da música ocidental e geralmente girava em torno das situações que ocorrem no dia-a-dia. Também houve a formação de uma indústria de filmes e a criação de programas de televisão que também seguiam essa

²¹ Um dos exemplos disso foi o surgimento da campanha “Fight corruption, Catch Godber” (CARROLL, 2007, p. 162).

lógica. O desenvolvimento dessa cultura popular reforçou a ideia de que os chineses de Hong Kong tinham uma cultura distinta das pessoas que viviam na China continental, possuindo, assim, diferentes perspectivas de vida, aspirações e formas de expressão. A exposição dessa cultura era sempre feita em cantonês e um dos desdobramentos da criação da mesma foi a alteração do cantonês com a adição de novas palavras à língua. Por conta disso, se tornou perceptivo que o cantonês falado em Hong Kong era diferente do cantonês falado em Guangdong (TSANG, 2004).

Na década de 70, muitos chineses de Hong Kong passaram a ter orgulho da China, quando ocorreu a retomada das relações entre a RPC e os Estados Unidos, principalmente no momento que a China assumiu o seu posto nas Nações Unidas em 1971. Eles passaram a ter orgulho porque a China foi reconhecida como uma das cinco potências e passou a ter um dos assentos permanentes no Conselho de Segurança. Como consequência disso, muitas pessoas de Hong Kong passaram a visitar a China continental para conhecê-la (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

As expectativas que essas pessoas tinham a respeito da China eram muito diferentes da realidade e, por conta disso, grande parte desses visitantes perceberam que, apesar de possuírem o mesmo contexto étnico e cultural, eles eram muito diferentes do chinês que vivia no continente, pois lidavam com as situações de forma diferente e tinham diferentes perspectivas de vida. Nesse sentido, uma pesquisa realizada em 1985 demonstrou que 60% da população da colônia se identificava mais com a cidade do que com a China continental (CARROLL, 2007, p. 159; TSANG, 2004).

Essa diferença entre os chineses de Hong Kong e os chineses do continente foi reforçada quando houve um afrouxamento do controle das fronteiras da China em 1978 e uma grande quantidade de chineses imigrou para Hong Kong. Porém, eles passaram por dificuldades para se adaptar ao estilo de vida da colônia porque a maioria deles eram fazendeiros. Em decorrência disso, esses novos imigrantes passaram a ser discriminados pela população (TSANG, 2004).

Uma consequência direta da percepção das diferenças entre os chineses da colônia e os chineses do continente foi o fim da política que era adotada para os imigrantes chineses ilegais, conhecida como “Touch Base Policy”²², sendo importante destacar que o governo utilizou a extinção dessa lei como uma forma de ganhar ainda mais credibilidade com a população, uma vez que o fim dessa lei era altamente demandado pela população, visto que havia a crença

²² Sob essa política, se um imigrante ilegal chinês fosse capaz de arrumar um emprego ou vivesse junto com pessoas da família, ele poderia ficar em Hong Kong e adquirir a residência permanente depois de sete anos de residência.

amplamente difundida dentro da população da cidade que um grande contingente de imigrantes poderia afetar negativamente a qualidade de vida das pessoas na cidade (CARROLL, 2007; TSANG, 2004). A esse respeito, Carroll (2005, p. 158-160) afirma que, entre 1978 e 1987, mais de trinta milhões de viagens para Guangdong foram realizadas pelos habitantes de Hong Kong; além disso, mais de 170.000 pessoas que viviam na China haviam viajado para a colônia britânica para visitar parentes.

Já no que tange o relacionamento dos chineses de Hong Kong e os britânicos que viviam na cidade, houve uma grande diminuição da discriminação entre eles, principalmente por conta da convivência que foi desenvolvida no trabalho. Essa discriminação diminuiu porque os chineses alcançaram o mesmo patamar dos britânicos residentes. Ambos os grupos passaram a sentir orgulho de Hong Kong e compartilhavam das mesmas perspectivas de vida (TSANG, 2004).

A identidade de Hong Kong foi moldada através de uma mistura da cultura chinesa com práticas importadas de países como Japão, Estados Unidos e Grã-Bretanha. O historiador Steve Tsang aponta as principais características dessa identidade:

Essa perspectiva compartilhada incorporou elementos do tradicional código moral confucionista e sua ênfase na importância da família, bem como conceitos modernos, como o Estado de Direito, liberdade de expressão e movimento, respeito pelos direitos humanos, governo limitado, livre mercado, atitude empreendedora e sentimento comunitário de rejeição da corrupção (TSANG, 2004, p. 183).

Segundo a tradição chinesa, para um governo ser excelente, ele precisa conseguir alcançar cinco condições; para tanto, ele deve tratar seus cidadãos de forma justa, eficiente e não intrusiva. Além disso, também deve ser um governo honesto e capaz de tratar seus cidadãos com um paternalismo benevolente – assegurar boas condições de vida para a população. As três primeiras condições foram satisfeitas durante os primeiros cem anos de governo de Hong Kong, porém, eram insuficientes para gerar lealdade da população em relação ao governo. As duas últimas condições começaram a ser trabalhadas através do combate à corrupção e da implementação de políticas públicas para melhorar as condições econômicas e sociais da população na década de 70 (TSANG, 2004).

O surgimento de um sentimento de identificação com Hong Kong não fez com que os chineses deixassem de se identificar com a China, principalmente porque o governo não elaborou políticas públicas para fazer esses chineses se tornarem “ingleses amarelos” ou pelo menos adotarem a nacionalidade britânica. Quando os chineses alcançavam a maioria, eles escolhiam se pretendiam adotar a nacionalidade chinesa ou britânica, sendo válido destacar que, no futuro essas pessoas podiam mudar de ideia e trocar de nacionalidade. A forma relaxada do

governo permitiu que os chineses criassem uma identidade dupla, se identificando, ao mesmo tempo, com Hong Kong e com a China (TSANG, 2004). Além disso, é importante salientar que, para as pessoas de Hong Kong era possível se identificar com a China sem se identificar diretamente com o governo da RPC (CARROLL, 2007).

Sobre os principais aspectos da formação da identidade de Hong Kong, percebe-se uma combinação de elementos provenientes da cultura chinesa com as boas práticas de governança proporcionados por um governo britânico.

O Confucionismo em si é, ao mesmo tempo, uma tradição literária e um estilo de vida que vigorou na maioria dos países do leste asiático durante um período superior a dois mil anos. Confúcio era uma pessoa bastante envolvida na política e tinha a ambição de trazer ordem e paz para o mundo. A sua doutrina é criada em cima de três princípios e cinco formas de regular a sociedade (YAO, 2000).

Os princípios consistem, respectivamente, na subordinação das pessoas a seus governantes, dos filhos aos seus pais e das esposas aos seus maridos. Já em relação aos reguladores, que são considerados imutáveis, são eles: bondade, justiça, ritual ou propriedade, sabedoria e fé. A forma na qual o confucionismo é constituído difere muito das doutrinas do ocidente, pois há uma priorização da sociedade como um todo em relação ao indivíduo, estabelecendo papéis para cada uma das partes a serem cumpridos para garantir a ordem na sociedade. Apesar de essa doutrina estabelecer a submissão de uma das partes, ela também pressupõe que seja uma relação recíproca e as partes dominantes também cumpram seus papéis, pois, caso contrário, a sociedade cairia em um caos político e social (YAO, 2000).

O confucionismo é uma doutrina dogmática e flexível. Ela é dogmática porque ela busca manter e fortalecer a sua dominância. Porém, ela é flexível porque ela se adapta aos diferentes ambientes e situações e, dessa forma, está sempre se reinventando com o passar do tempo (YAO, 2000). Nesse sentido, alguns estudiosos na década de 80 tentaram entender se o confucionismo havia desempenhado um papel fundamental na modernização dos países do leste asiático, contradizendo a obra de Weber quando ele afirma que o confucionismo e o capitalismo eram formas de organização social que não poderiam ser conciliadas (DIRLIK, 1995).

Em relação a esses estudos, existem três abordagens. A primeira acredita que o confucionismo foi o responsável pelo desenvolvimento econômico com a promoção de igualdade social nesses países, alegando que o confucionismo valoriza as “pessoas e a virtude”, enquanto o capitalismo ocidental valoriza a riqueza e o dinheiro. A segunda corrente possui uma visão mais pessimista e rejeita a possibilidade de o confucionismo ter exercido algum papel no desenvolvimento desses locais e até acreditam que essa doutrina é um obstáculo para uma

modernização completa. A terceira corrente afirma que o confucionismo pode, sim, ter um impacto positivo na modernização, desde que esteja inserido em um ambiente em que exista uma configuração correta das instituições, das políticas econômicas; além disso, essa corrente também assume que o confucionismo está em constante transformação e está se tornando um “Confucionismo Moderno” (DIRLIK, 1995).

Desde nosso ponto de vista em relação à situação de Hong Kong, o que ocorreu na prática foi uma mistura dessas correntes, principalmente quando se faz um paralelo com a mentalidade do refugiado que foi trabalhada anteriormente, sendo que as pessoas fugiram da China porque corriam perigo de vida ou porque não queriam viver sob um regime comunista. Parece-nos que o confucionismo, que fazia parte da cultura da maioria das pessoas da colônia na década de 50, fez com que a maioria dessas pessoas não se rebelasse contra o governo, mesmo possuindo condições de vida e de trabalho muito precárias.

Outros acontecimentos que reforçam a influência do confucionismo, nessa época, aconteceram no mundo dos negócios. Um dos casos mais marcantes foi a criação de uma rede de conexões entre as pequenas indústrias de Hong Kong e isso foi possível porque a maioria das indústrias chinesas se especializavam na confecção de poucos produtos e direcionavam os clientes aos quais suas fábricas não conseguiriam satisfazer para as empresas que eram geridas por seus compatriotas, gerando, dessa forma, uma parceria entre essas empresas.

Porém, também houve muitas situações que foram contra esse ética confucionista; o próprio fato de muitas pessoas terem fugido da China em busca de melhores condições de vida ou por não quererem viver sob um regime comunista demonstra que eles buscavam garantir seus próprios interesses e, dessa forma, estavam sendo individualistas. Com o passar do tempo, esse individualismo se espalhou por toda a sociedade de Hong Kong na medida em que a colônia foi se desenvolvendo e a qualidade de vida da população melhorava. Um exemplo claro disso foi o fim da “Touch Base Policy” porque essa população acreditava que a sua qualidade de vida estava sendo prejudicada, uma vez que, em um período de três anos, cerca de 400 mil chineses imigraram para Hong Kong e foram considerados estranhos pelos cidadãos da colônia (TSANG, 2004).

Já no que tange as boas práticas de governança do ocidente, grande parte delas já havia sido implementada antes da Segunda Guerra Mundial, porém, a maior parte da população de Hong Kong havia acabado de imigrar, não era alfabetizada e não tinha tempo para se preocupar com questões políticas ou ideológicas. Por conta disso, foi na década de 70, com a educação em massa da população, que as pessoas passaram a se identificar com o modelo de governança que era imposto pelo governo colonial, sendo que essa admiração foi ainda mais aprofundada

quando uma grande quantidade de pessoas visitou a China continental e entrou em contato com uma forma de governo totalmente diferente (TSANG, 2004).

Apesar da admiração pelas boas práticas de governança do governo colonial, como consequência do início das negociações acerca da reintegração de Hong Kong à China e das viagens ao exterior feitas pelos cidadãos de Hong Kong, quando essas pessoas passaram a conhecer o funcionamento de outros governos na prática, o modelo que era adotado em Hong Kong passou a ser incoerente, pois ele gozava de praticamente todos os benefícios das democracias ocidentais, exceto a democracia. Por conta disso, a população de Hong Kong passou a desejar se autogovernar (TSANG, 2004).

Simultaneamente à ascensão dessa vontade nos cidadãos da colônia, começavam as discussões entre Grã-Bretanha e China a respeito do futuro de Hong Kong. Essas negociações geraram uma grande incerteza na população porque as pessoas de Hong Kong, em geral, acreditavam que a maneira britânica de governar era melhor do que o modelo de governo da RPC. A população de Hong Kong também queria proteger os estilos de vida que levavam e grande parte dela preferia continuar sendo uma colônia britânica a uma reintegração com a China, sendo válido destacar que eles eram realistas o bastante para saber que a China não aceitaria a independência de Hong Kong. O historiador John Carroll (2007) afirma que, apesar de os outros fatores que já destacamos anteriormente terem influenciado na formação da identidade de Hong Kong, a possibilidade de uma reintegração foi o principal motivo que levou à formação da identidade, pois fez com que essa população refletisse sobre qual futuro elas desejavam (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Em 1984, foi realizada a Declaração Conjunta entre a Grã-Bretanha e a China a respeito do futuro de Hong Kong. Apesar de não ter sido a melhor opção para as pessoas de Hong Kong, foram estabelecidos termos aceitáveis e as pessoas começaram a se preparar para a reintegração chinesa²³. Porém, muitas pessoas ainda estavam preocupadas sobre como seria o futuro após 1997, porque haviam muitas questões dentro da Lei Básica que dependeriam muito da interpretação chinesa sobre o tema. Outra coisa que também preocupava era se a China realmente honraria o tratado e manteria a autonomia de Hong Kong por 50 anos (TSANG, 2004).

²³ Um dos efeitos gerados pela assinatura desse tratado foi a desistência, por parte de alguns chineses do alto escalão, que haviam se oposto publicamente à reintegração chinesa, de títulos e prêmios que haviam sido concedidos pelo governo britânico, buscando evitar problemas futuros com o governo da RPC; no entanto, ainda assim, algumas dessas pessoas foram convocadas a comparecer à China, onde foram castigados por Deng Xiaoping (CARROLL, 2007, p. 167).

Em 1984, o governo da colônia acreditava que a melhor forma de manter a estabilidade em Hong Kong após 1997 era dando alguns passos em direção à democratização. Com esse objetivo, eles publicaram uma consulta pública buscando identificar a visão da população sobre como as instituições de Hong Kong poderiam se tornar mais representativas das reais demandas da população. No fim do ano, eles lançaram outro documento que previa a eleição indireta de 24 membros dos 56 existentes no conselho legislativo, além da possibilidade de eleições diretas para esse mesmo conselho em 1987. No entanto, a RPC acreditou que essas medidas contradiziam a Declaração Conjunta e que o Reino Unido estava utilizando essas propostas para criar algum mecanismo para continuar governando Hong Kong após 1997 (CARROLL, 2007, p. 158; TSANG, 2004).

A tentativa de democratização feita pelos governadores de Hong Kong fez com que a RPC passasse a se opor publicamente à democracia liberal e a querer restringir o escopo e o ritmo da democratização na colônia. Apesar de as propostas feitas pelo governo terem apoio popular, os britânicos tiveram que dar um passo atrás porque eles sabiam que para que, uma reforma política fosse mantida após a reintegração, ela não poderia contradizer a Lei Básica que seria promulgada em 1990 (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Com a proximidade da reintegração à China, grande parte da população da colônia passou adotar um duplo senso de identidade; eles eram tanto cidadãos de Hong Kong quanto chineses. Por conta disso, eles passaram a querer ter alguma influência nas políticas dentro da China e um dos desdobramentos disso foi a realização de protestos em Hong Kong, concomitantemente aos protestos que estavam sendo realizados na China. Além disso, segundo Carroll (2007), muitas pessoas de Hong Kong passaram a enviar recursos financeiros para esses manifestantes dentro do continente (TSANG, 2004).

Esses protestos em Pequim buscavam democracia e liberdade de expressão, porém, eles acabaram desencadeando um evento que ficou conhecido como o Massacre da Praça da Paz Celestial, no qual houve a utilização de força indiscriminada pela RPC para reprimir os manifestantes. Por conta da dupla identidade que havia sido desenvolvida, houve uma grande comoção em Hong Kong porque eles sentiram que seus “companheiros” haviam sido mortos pelo governo dentro da China e muitos tentaram buscar formas de auxiliar as pessoas que estavam na China. O Massacre da Praça da Paz Celestial piorou ainda mais a imagem que a RPC possuía com a população de Hong Kong e diminuiu as esperanças em relação ao modelo “um país, dois sistemas”. Isso pode ser observado em uma pesquisa feita com os cidadãos após o massacre em que 70% das pessoas entrevistadas indicaram que não acreditavam que a China manteria a autonomia de Hong Kong após a reunificação (TSANG, 2004, p. 232).

A reação dos habitantes em relação a esse incidente é contraditória, visto que eles queriam manter o estilo de vida que eles levavam e a melhor opção que eles tinham no momento era viver sob o regime de “um país, dois sistemas”. Porém, por terem um senso duplo de identidade, e se identificarem com os chineses que habitavam a China, eles acreditavam que poderiam interferir no futuro político da China. Dessa forma, essa ação demonstra que eles queriam influenciar a política chinesa sem que a China interferisse na política doméstica de Hong Kong (TSANG, 2004).

A perda de confiança da população de Hong Kong após o Massacre da Praça da Paz Celestial também teve algumas consequências práticas. Por exemplo, o surgimento de uma campanha realizada pelos conselhos legislativo e executivo tentando pressionar o governo britânico a conceder direito de residência na Grã-Bretanha para 3.25 milhões de pessoas que viviam em Hong Kong²⁴. Outra consequência direta foi a emigração de 10% das pessoas da cidade entre 1984 e 1997 (CARROLL, 2007, p. 176-179).

A Declaração Conjunta que havia sido assinada pelas duas potências afirmava que as instituições de Hong Kong deveriam se manter inalteradas por cinquenta anos; no entanto, não havia um detalhamento sobre como essas instituições deveriam ser entregues. De olho nessa brecha, o último governador de Hong Kong antes da reintegração, Patten, fez alguns arranjos sem contradizer a Lei Básica e, dessa forma, conseguiu aumentar as chances de Hong Kong se tornar uma democracia no futuro. Isso desagradou bastante os governantes chineses, pois eles acreditavam que as medidas de Patten contradiziam a declaração conjunta que havia sido assinada em 1984 e que a cidade deveria manter os mesmos arranjos institucionais de 1984²⁵. A posição tomada pelos britânicos tinha como objetivo assegurar que o “modelo de eleições de Hong Kong fosse justo, aberto e aceitável para a comunidade” (TSANG, 2004, p. 242). A lei acabou sendo aprovada, porém, ela seria revogada em 1997 com a reintegração de Hong Kong à China no dia 1 de julho de 1997 (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

Apesar do descontentamento dos chineses, essa lei chegou ao conselho legislativo em 1994 e foi aprovada. Em 1995, houve eleições para esse conselho e a RPC tentou indicar pessoas de confiança. Porém, um reflexo da insatisfação dos habitantes de Hong Kong em relação a RPC, foi o fato de que somente 16 dessas pessoas foram eleitas para o conselho em um total de 60. Por conta disso, quando a RPC assumiu a administração de Hong Kong em

²⁴ Essa política acabou sendo rejeitada pela Grã-Bretanha porque o país passava por grandes taxas de desemprego; dessa forma, se essa política fosse aceita e houvesse uma grande diáspora de Hong Kong, a economia do país poderia ser afetada drasticamente.

²⁵ Apesar das reações contrárias dos chineses, nas reformas realizadas por Patten, apenas um terço das cadeiras do conselho legislativo seriam eleitas através de eleições diretas.

1997, foi criado um conselho legislativo provisório em que todos os membros desse órgão foram nomeados pela RPC, contrariando, assim, as diretrizes estabelecidas pela Declaração Conjunta (TSANG, 2004).

4.2. A reintegração de Hong Kong e a influência da identidade nacional cívica sobre o futuro da sua população dentro da China

Como foi observado durante o exame da formação da identidade do povo de Hong Kong, o governo da colônia foi um dos motores da criação dessa identidade, uma vez que a maior parte da constituição dessa identidade está atrelada a um modelo de governo que foi implementado em Hong Kong. A partir do momento em que uma identidade é formada, ela vai se transformando ao longo do tempo através da interação que as pessoas que possuem essa identidade vão desenvolvendo com outros grupos e nações. Durante o contato com outros povos, pode haver tanto a rejeição das práticas de outros grupos como a incorporação de algumas à identidade que havia sido formada previamente.

No dia 1º de julho de 1997, Hong Kong foi formalmente reintegrada à China e, dessa forma, se tornou uma Região Administrativa Especial (RAE) dentro da RPC. Essa reintegração é muito simbólica para China, pois marcou o fim dos “Tratados Desiguais” do século XIX. Sob o regime de “um país, dois sistemas”, o governo chinês deveria manter a autonomia de Hong Kong e não interferir em seus assuntos internos, exceto no que tange a política externa e a segurança nacional (CARROLL, 2007; TSANG, 2004).

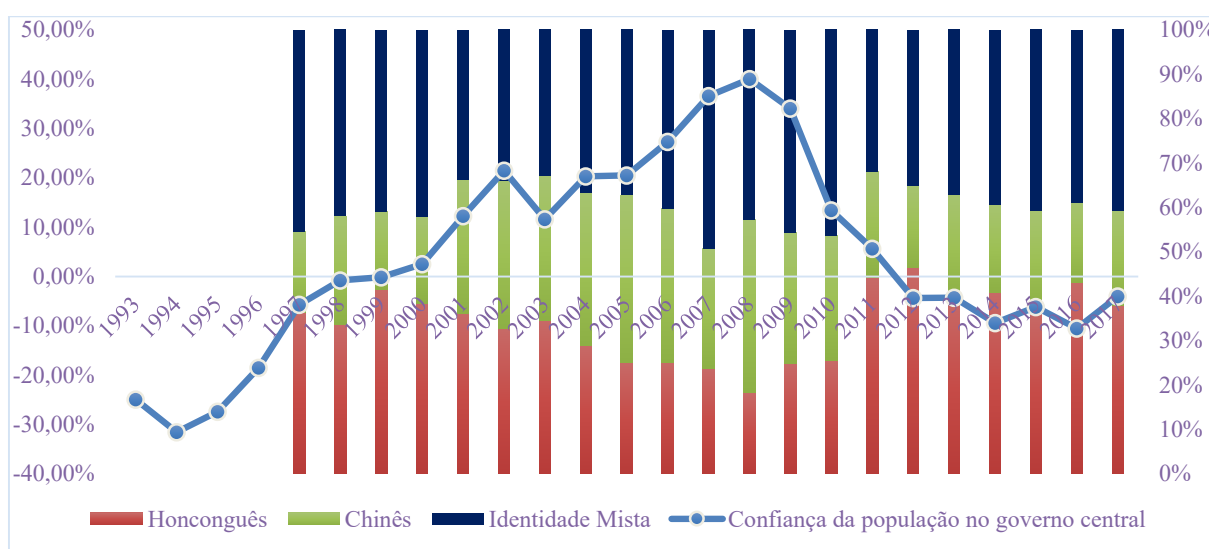
Vinte anos após a reintegração de Hong Kong, percebe-se um descontentamento com a forma pela qual Hong Kong está sendo governada e, principalmente, com a influência que a RPC possui sobre a Região Administrativa Especial. Apesar de a China ter honrado o acordo nos primeiros anos, a população tem a percepção de que o Partido Comunista vem ampliando a sua influência nos assuntos domésticos nos últimos anos, principalmente no que tange a liberdade de imprensa e acadêmica. Além disso, parte dos habitantes também está insatisfeita com a falta de reformas democráticas (FRENCH, 2017).

A República Popular da China mantém a sua unidade através da utilização da educação, símbolos e histórias com o intuito de criar um sentimento de identificação nacional em seus cidadãos, assim, a identidade que o PCC tenta difundir aos seus cidadãos tem traços característicos de uma identidade nacional étnica, visto que, a mesma está conectada a cultura e a etnia dessa população. Em contrapartida, a identidade que foi criada em Hong Kong, utiliza como principais bases direitos que foram proporcionados a esses cidadãos durante a

colonização, como liberdade de expressão, acadêmica, estabilidade, prosperidade e a existência de um Estado de direito; ou alguns direitos que eram desejados pela população, como a democracia. Nesse sentido, é perceptível que as bases da identidade de Hong Kong são traços encontrados em uma identidade nacional cívica (HENRY JACKSON SOCIETY, 2017, p. 31-32).

Por isso, quando a população de Hong Kong é reintegrada a China, um dos fatores que mais influencia na auto identificação dessas pessoas, podendo elas se identificarem com a China, com Hong Kong ou com ambas, é o respeito aos direitos que foram adquiridos e se tornaram intrínsecos a essa população, como pode ser observado no gráfico abaixo, que realiza uma comparação a respeito da satisfação da população com o governo da China e a identidade que a população possui de 1992 até os dias atuais.

Gráfico 1 - Satisfação com o governo central x Identidade da população de Hong Kong



Elaboração própria, baseado em dados da Universidade de Hong Kong (HKUPOP, 2017a; 2017b; 2017c; 2017d).

Através da análise do gráfico acima, percebe-se que, de 1992 até 2008, houve um crescimento relativo do número de pessoas da colônia que se identificava com a China, chegando ao ápice em 2008, principalmente por conta das olimpíadas de Pequim. No entanto, a partir de 2009, a participação relativa da auto-identificação com a China foi diminuindo porque a percepção da população acerca da interferência chinesa começou a aumentar, sendo que o principal motivo foi a lentidão em relação à transição para democracia na cidade. Após 2008, por conta de diversos casos nítidos de interferências chinesas, fez com que houvesse um grande crescimento no número de pessoas que se consideram cidadãos de Hong Kong e uma

queda substancial naqueles que se identificam como chineses. Nesse sentido, analisaremos, no restante desse trabalho, os motivos que fizeram a identidade da população da RAE oscilar tanto após a entrega da cidade à China.

Quando Hong Kong foi reintegrada, havia um sentimento dentro dos países democráticos de que a Região Administrativa Especial conseguiria levar a democracia e as instituições do mercado para a China. Apesar de Hong Kong ter, sim, influenciado dentro da China, principalmente através do acesso à informação que essas pessoas têm quando visitam Hong Kong, o impacto disso se mostrou bem limitado e, atualmente, se vê que, na prática, a China conseguiu influenciar muito mais a cidade do que o contrário (SPROSS, 2017).

Durante os primeiros anos, não houve muita influência da República Popular da China em Hong Kong. Houve alguns assuntos em que foi necessária a intervenção do Partido Comunista Chinês e, por conta disso, houve um crescimento do descontentamento da população em relação ao novo sistema de governo e foi criado um sentimento de desconfiança na população, tanto em relação ao governo central, como em relação ao governo de Hong Kong (LAM; PERCY; WILSON, 2012; HKUPOP, 2017d). Nesse sentido, cabe aqui destacar os principais motivos que levaram as pessoas a ficarem insatisfeitas com o governo nos primeiros anos.

Primeiramente, logo após a reintegração, Hong Kong foi muito afetada pela crise asiática e, em decorrência disso, houve um grande crescimento da taxa de desemprego, indo de 2,2% em 1997 para 8,5% em 2004. O governo conseguiu deixar a economia estável e, por conta disso, em 1997, a economia de Hong Kong já conseguia passar credibilidade aos investidores. Contudo, o nível de atividade econômica na cidade só conseguiu retornar aos mesmos níveis de 1997 em 2005 porque a maioria dos parceiros de Hong Kong demorou a conseguir estabilizar as condições macroeconômicas internas (LAM; PERCY; WILSON, 2012; TRADING ECONOMICS, 2017).

A crise asiática foi um marco na política econômica de Hong Kong, pois houve a transição da política de não-intervenção positiva para uma política intervencionista. O governo passou a intervir na economia, privilegiando, dessa forma, o crescimento de alguns setores. O governo tinha muitos representantes do mundo dos negócios e muitos deles passaram a utilizar a sua influência para aumentar seus lucros, na maioria das vezes, através da eliminação da competição; por conta disso, houve uma piora no nível de competitividade da economia da cidade, passando da quinta economia mais competitiva do mundo para a vigésima oitava em um período de cinco anos (LAM; PERCY; WILSON, 2012).

Outro motivo que gerou descontentamento da população se deveu a fatores relacionados ao controle de fronteira. Dentro do regime “um país, dois sistemas”, existe um controle de fronteiras, dentro de um mesmo país, muito próximo do que ocorre entre dois países, tendo como intuito satisfazer três condições: proteção dos dois sistemas políticos distintos, proteção de ambos os sistemas de preços e a estabilidade demográfica de Hong Kong. Na Região Administrativa Especial, o controle fronteiriço tem algumas funções primordiais, que são impedir a entrada de pessoas ilegais, assim como de mercadorias contrabandeadas e dinheiro lavado; ao mesmo tempo, também é necessário criar um sistema que facilite a entrada de pessoas e mercadorias legais (SMART; SMART, 2008).

O controle fronteiriço é um tema importante para a questão da identidade porque o governo consegue escolher os tipos de pessoas que vão entrar em Hong Kong. Com a internacionalização da economia da China, houve uma diminuição das diferenças financeiras existentes entre os chineses do continente e os habitantes de Hong Kong. Devido à existência de uma fronteira, na maioria dos casos, as pessoas que visitam a Região Administrativa Especial são pessoas com grande poder aquisitivo, rompendo, assim, com a antiga imagem que os cidadãos de Hong Kong possuíam sobre os chineses do continente (SMART; SMART, 2008).

Uma das crises que surgiu em relação ao controle fronteiriço ocorreu por conta do artigo 24 da Lei Básica de Hong Kong, que estabelecia que filho(a) de pessoas que tinham direito de residência permanente em Hong Kong também poderiam adquirir esse mesmo direito. Por conta disso, muitos desses filhos passaram a tentar entrar em Hong Kong para se estabelecer; porém, o governo estimou que se a lei fosse aplicada na íntegra, cerca de 1.600.000 pessoas poderiam entrar na cidade. Dessa forma, além de ter que arcar com um gasto de US\$95 bilhões de dólares para custear as despesas sociais e previdenciárias ao longo da vida, Hong Kong também poderia passar por uma crise demográfica (SMART; SMART, 2008).

Houve alguns desentendimentos entre o judiciário e o executivo de Hong Kong e, por conta disso, o executivo pediu opinião ao parlamento chinês sobre essa questão. O parecer do parlamento chinês estabeleceu que somente os filhos das pessoas que já tinham direito de residência permanente quando suas crianças nasceram poderiam adquirir esse direito²⁶ (LAM; PERCY; WILSON, 2012).

Essa lei impactou diretamente a imagem que as pessoas de Hong Kong têm em relação aos seus compatriotas do continente, visto que a entrada massiva de imigrantes e a extensão dos

²⁶ As crianças da segunda geração foram excluídas e, por isso, apenas 692.000 pessoas poderiam adquirir o direito de residência permanente.

direitos de um cidadão da Região Administrativa Especial é custoso para o governo. Além disso, Hong Kong possui uma das maiores densidades populacionais do mundo²⁷ e a entrada de imigrantes na cidade aumenta os gastos com habitação, pois haverá um aumento na demanda por casas sem haver espaço para crescimento da oferta, gerando, assim, uma diminuição da qualidade de vida da população da Região Administrativa Especial e uma piora no relacionamento entre a população de Hong Kong e os chineses que migraram para lá.

Outro desdobramento dessa crise foi o fato de a independência do judiciário também ter sido prejudicada, visto que o Executivo solicitou uma interpretação da China e a decisão que foi tomada prevaleceu sobre a decisão que havia sido tomada pela Corte Suprema de Hong Kong. Por conta disso, muitos jornais criticaram a decisão tomada pelo executivo, pois além de ir contra a independência do judiciário, também prejudicava o Estado de Direito e a própria autonomia da Região Administrativa Especial em relação aos seus assuntos internos (YEUNG, 2013).

Por fim, a última questão que impactou profundamente a popularidade do governador de Hong Kong ocorreu por conta do Artigo 23²⁸ da Lei Básica. Por conta da possibilidade de implementação dessa lei, ocorreram manifestações em 2003 e elas foram bem-sucedidas, além de terem sido as maiores manifestações em Hong Kong desde 1989. Os manifestantes tinham medo que essa lei fosse colocada em prática de uma forma que minasse a liberdade de expressão que existia na Região Administrativa Especial e, por conta disso, 500 mil pessoas foram às ruas e o governo teve que recuar em relação a implementação desse artigo (BBC, 2003). Em consequência da falta de popularidade, em 2005, Tung Chee Waa renunciou ao cargo de Chefe Executivo (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012).

As manifestações de 2003 foram um marco recente na história de Hong Kong. Em primeiro lugar, porque a população percebeu que uma manifestação pode ser um instrumento muito efetivo contra medidas indesejadas pela população e que atentem contra os direitos que ela possui. Porém, também foi um marco para o governo da China, que percebeu a necessidade

²⁷São Paulo – Densidade Populacional: 7387,69 / Km² (ELIAS, 2011).

Hong Kong – Densidade Populacional: 6690 habitantes / Km² (HONG KONG. CENSUS AND STATISTICS DEPARTMENT, 2017).

²⁸ Artigo 23 da Lei Básica: “A Região Administrativa de Hong Kong pode decretar leis para proibir qualquer ato de traição, secessão, insubordinação e subversão contra a República Popular da China, ou contra o roubo de segredos de Estado, para proibir organizações políticas estrangeiras de conduzir atividades políticas na Região, e para proibir organizações políticas da Região de estabelecerem laços com organizações políticas estrangeiras” (SHANKUN, 1990, s/p).

de criar medidas para conseguir aumentar a influência que possui sobre a Região Administrativa Especial de Hong Kong (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012).

Entre as medidas adotadas, destacam-se a criação de um Departamento de Pesquisa para entender a realidade da cidade e o fornecimento de diretrizes para o governo da Região Administrativa Especial. Também foram adotadas políticas econômicas para melhorar as condições da cidade, como a diminuição dos requisitos necessários para os chineses do continente conseguirem visto de turismo e a extinção de impostos de importação de uma grande quantidade de produtos de Hong Kong através da criação da CEPA em 2004 (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012).

Outra consequência dessa mudança no posicionamento da China foi uma alteração no processo necessário para a cidade conseguir se tornar uma democracia plena. A democracia em si não desrespeitava a Lei Básica se fosse implementada depois de 2008. Para tanto, ela deveria passar por três passos: ter aprovação prévia do Chefe Executivo, ser aprovada por dois terços do Conselho legislativo, ser aprovada pelo Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo (CPCNP). Esse passo a passo era válido tanto no caso do conselho legislativo como em relação ao executivo. Porém, em 2004, a China adicionou mais dois passos necessários que eram “a entrega de um relatório sobre o desenvolvimento constitucional do Chefe Executivo da RAEHK para o CPCNP” e a “confirmação dada pelo CNP da real necessidade da reforma (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012, p. 140).

O governo chinês também passou a interferir ativamente na política de Hong Kong através dos bastidores. Havia cinco possibilidades de intervenção disponíveis para o Partido Comunista. Primeiramente, se fosse desejado pelo partido, havia a possibilidade de haver uma retirada do suporte ao Chefe Executivo da RAE e a seu corpo administrativo, provocando, assim, o enfraquecimento do executivo frente ao legislativo, diminuindo, dessa forma, a governabilidade. Em segundo lugar, o partido também estabeleceu a necessidade de moldar o discurso e os valores da população, tendo como intuito a criação de um sentimento de patriotismo na população, assim como ocorria na China. Além disso, buscando diminuir a insatisfação das pessoas de Hong Kong, o Partido Comunista Chinês passou a utilizar de uma característica da identidade da população que era a busca pela prosperidade econômica e, nesse sentido, facilitou alguns processos internos para que a cidade se beneficiasse do relacionamento com a China e se tornasse mais integrada economicamente, gerando, desse modo, desenvolvimento econômico e, posteriormente, dependência econômica. Por fim, o partido também passou a utilizar o seu poder para influenciar partidos e associações de classes na eleição de candidatos que são alinhados com a ideologia do partido, sendo importante destacar

que o partido passou a apoiar publicamente candidatos ao conselho executivo, dissuadindo, dessa forma, as pessoas que votam a votarem nesses candidatos (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012).

Por conta das medidas adotadas pela PRC, a cidade de Hong Kong passou a se tornar cada vez mais dependente da China economicamente. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista passou a ter muito mais influência na política interna de Hong Kong através da utilização do poder do partido para conseguir fazer pessoas alinhadas com as suas diretrizes alcançarem os cargos de liderança dentro do conselho legislativo e Executivo (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012).

O conselho legislativo adquiriu um papel muito relevante depois da reintegração, visto que ele é responsável pela criação, retificação e revogação de leis. Ao mesmo tempo, também está na jurisdição desse conselho a fiscalização e aprovação do orçamento governamental, a aprovação de novos tributos e gastos governamentais, além de outras funções relevantes para o funcionamento da colônia. Anteriormente, os representantes do povo eram indicados pelo governo e não representavam uma barreira às políticas que o executivo buscava implementar. Porém, dentro do novo modelo, não existem mais indicações para os cargos do conselho legislativo; dessa forma, as pessoas que assumem esses cargos representam as pessoas que os elegeram (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012). A sua composição e algumas informações relevantes sobre seu histórico podem ser observadas nas tabelas abaixo:

Quadro 1 - Funcionamento e distribuição das vagas do conselho legislativo

Tipo de vaga	Principais características
Cargos eletivos por área geográfica (GC)	Os cargos eletivos por área geográfica são eleitos através de sufrágio universal, porém, a pessoa deve votar em um candidato em âmbito regional.
Cargos eletivos por função (FC)	Os cargos eletivos por função são eleitos através de voto corporativo. Nesse sentido, alguns setores da sociedade possuem direito a um assento dentro do conselho legislativo e as pessoas desses setores elegem esses representantes. Esse sistema é amplamente criticado, pois menos de 240.000 pessoas são responsáveis pela eleição de quase o mesmo número de cadeiras que são eleitas por sufrágio universal.
Assentos Distritais Funcionais	Há cinco outras vagas para o Conselho legislativo em Hong Kong e elas são preenchidas através de uma eleição entre as pessoas que não possuem direito a voto nas vagas funcionais. Dessa forma, aproximadamente 3.5 milhões de pessoas votam para eleger mais cinco representantes dentro da colônia.
Cargos de Indicação (EC)	Até o ano 2000, algumas vagas do conselho legislativo eram preenchidas através de indicação política.

Elaboração própria, baseado em dados fornecidos por um artigo da CNN (GRIFFITHS; KAM, 2016).

Quadro 2 - Número de assentos por posicionamento político e método de eleição:

Ano	Pan-Democratas	Pro-Pequim	Independente	Localistas
Elected Constituencies (EC)				
2000	0	5	1	0
Functional Constituencies (FC)				
2000	3	20	7	0
2004	3	18	9	0
2008	3	16	11	0
2012	6	17	12	0
2016	7	19	9	0
Geographic Constituencies (GC)				
2000	15	8	1	0
2004	16	11	3	0
2008	19	9	2	0
2012	18	15	1	0
2016	12	15	2	6

Elaboração própria, baseado em dados fornecidos pela Wikipedia e pelo jornal South China Morning Post (SCMP, 2012; 2016; WIKIPEDIA, s/da, s/db, s/dc).

Quadro 3 - Alinhamento ideológico dos candidatos sem partido (independentes)

Ano	Pan-Democratas	Pro-Pequim
2000	3	6
2004	6	6
2008	2	10
2012	3	10
2016	5	6

Elaboração própria, baseado em dados fornecidos pela Wikipedia e pelo jornal South China Morning Post (SCMP, 2012; 2016; WIKIPEDIA, s/da, s/db, s/dc).

Através da análise dos dados, percebe-se que, nos cargos eleitos através de sufrágio universal, há uma probabilidade maior de pessoas alinhadas à democracia serem eleitas, visto que a aliança entre os partidos pan-democratas conseguiu a maioria desses cargos em quatro eleições de Hong Kong e, em 2016, perderam bastante espaço por conta da concorrência direta com os partidos localistas em Hong Kong, mas, ainda assim, os pan-democratas e os localistas têm uma participação maior no conselho legislativo do que os partidos alinhados ao governo da China.

Porém, é válido destacar que, mesmo nas eleições que são feitas através de sufrágio universal, existe uma influência indireta chinesa, uma vez que alguns meios de comunicação de massa foram comprados por grandes organizações chinesas, como, por exemplo, o jornal

mais vendido ²⁹e a maior rede de televisão da cidade e, por conta disso, essas plataformas são utilizadas no apoio a candidatos pró-Pequim (HENRY JACKSON SOCIETY, 2017).

Ao analisar os dados da tabela, percebe-se que Pequim passou a utilizar sua influência para conseguir eleger candidatos nas vagas funcionais, uma vez que, geralmente, nas eleições feitas através de sufrágio universal, os democratas conseguem a maioria das vagas, restando ao governo da RPC, dessa forma, conseguir uma maioria através dos voto corporativos por meio de partidos e de candidatos independentes alinhados a Pequim. Os partidos alinhados a Pequim, em geral, possuem muito mais recursos; um exemplo disso, é o DAB (Pro-Pequim) que, sozinho, foi capaz de levantar \$HK55 milhões provenientes de fontes não-identificadas, sendo que parte do dinheiro é proveniente de empresas da China continental (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012).

Através dessas práticas, a China consegue frear o ritmo da democracia, pois ela tem a maior parte dos cargos do conselho legislativo; assim, para uma reforma democrática ser aprovada, necessariamente ela precisa ter apoio das pessoas dentro desse conselho. Ao mesmo tempo, a lei também precisa do aval do Chefe Executivo que é eleito através de um Comitê de 600 pessoas (posteriormente foi alterado para 1200 pessoas). Por fim, também precisa do aval do CPCNP para que essas reformas sejam aprovadas.

Nesse sentido, em 2007, o CPCNP emitiu uma notificação ao governo de Hong Kong afirmando que a Região Administrativa Especial só poderia ter eleições para o Chefe Executivo e para o conselho legislativo através de sufrágio universal em 2017, desagradando grande parte da população e possibilitando o surgimento de partidos mais radicais em relação às reformas democráticas, como o Partido Cívico (PC) e a Liga dos Sociais Democratas (LSD), partidos que passaram a ganhar espaço que antes era dominado pelo Partido Democrata, uma vez que esses começaram a ser taxados pela população como moderados demais (WEI-MAN; LUI; WONG, 2012).

A República Popular da China também tentou utilizar a sua grande influência no conselho legislativo para tentar aprovar uma lei que busca reformar a grade curricular escolar da primeira infância em Hong Kong e instituir um currículo para moldar nas crianças um senso de identidade com a China. Dentro dessa reforma, estava prevista, por exemplo, a adoção de livros que dizem que “você precisa chorar quando a bandeira está levantada para demonstrar o

²⁹ O South China Morning Post é o jornal mais publicado dentro de Hong Kong e foi vendido para uma empresa chinesa. A TVB é a rede de televisão mais antiga e com maior audiência dentro da Região Administrativa Especial e ela também foi vendida para um magnata chinês em 2015 (HENRY JACKSON SOCIETY, 2017).

seu amor pela nação” ou a omissão de alguns eventos negativos da história chinesa, como a “Revolução Cultural” ou o “Massacre da Praça da Paz Celestial”. Porém, as pessoas de Hong Kong, principalmente pais e professores, ficaram com medo de isso se tornar uma forma de “lavagem cerebral” e cerca de 100 mil protestaram contra essa reforma em frente à sede do governo. Por conta disso, Pequim foi obrigada a recuar e a lei não foi aprovada (FRENCH, 2017).

Esse acontecimento foi um marco porque demonstra a preocupação existente dentro do governo da China em relação à população de Hong Kong, levando os chineses a quererem criar uma identidade nacional na população da Região Administrativa Especial. Apesar de essa reforma não ter sido aprovada, ela está sendo revisada e parte do currículo será utilizado para o estudo da própria história de Hong Kong. Em relação a essa questão, a população não vê problema em se estudar a história da China. Porém, há um debate sobre como essa reforma deve ser realizada, pois parte da população acredita que essa reforma deve ser pautada em fatos e ser passada de forma cronológica, em vez de buscar a criação de um sentimento de auto-identificação com a China, enquanto outras pessoas acreditam que é necessário haver aulas nas escolas para demonstrar como ser um cidadão chinês (ZAO; TAM, 2013).

As manifestações de 2012 contra a “Educação Nacional” fizeram com que a população de Hong Kong acreditasse que as manifestações eram medidas efetivas na busca de mudanças políticas. Em 2014, havia a previsão da realização de reformas para que Hong Kong pudesse eleger o Chefe Executivo através do sufrágio universal em 2017. No entanto, a proposta que Pequim queria aprovar indicava que os candidatos a Chefe Executivo deveriam ser aprovados previamente pelo Comitê Eleitoral, esse que era composto, em sua maioria, por pessoas alinhadas politicamente com a República Popular da China (KAIMAN, 2014). Além disso, o CPCNP criou uma regra que estabelecia que os Chefes Executivos de Hong Kong deveriam “amar o país, amar Hong Kong” o que tinha como intuito aumentar o controle sobre os candidatos a esse cargo (HENRY JACKSON SOCIETY, 2017, p. 33).

A população não aceitou essa proposta e principalmente os mais jovens iniciaram manifestações contra o governo. Os protestos iniciais foram reprimidos com gás lacrimogênio e, em decorrência disso, centenas de milhares de pessoas passaram a apoiar e participar das manifestações. Durante os protestos, a população passou a utilizar guarda-chuvas para evitar os danos colaterais dos instrumentos utilizados pela polícia e, por conta disso, essas manifestações viraram um símbolo de resistência pacífica em âmbito internacional. Esses protestos conseguiram demonstrar à RPC e ao restante do mundo que a democracia é desejada por grande parte da população de Hong Kong. Apesar dos protestos que demandavam a saída do Chefe

Executivo que estava no poder, Leung Chun-Ying, e a eleição do próximo através de sufrágio universal, nenhuma das demandas foi satisfeita e as eleições de 2017 continuariam a ser realizadas no formato ainda vigente (CHAIN, 2014; CONNORS, 2015).

No modelo atual, o Chefe Executivo é eleito através de um comitê formado por 1200 pessoas³⁰, sendo que cada uma só pode votar em um candidato e cada uma das pessoas que almejam se tornar o governador de Hong Kong deve ser indicados(a) por pelo menos 100 pessoas. Esse modelo é muito criticado pela população, principalmente, porque a maior parte dos membros votantes são alinhados com as demandas da RPC, assim como pelo fato de 1200 pessoas decidirem o futuro de mais de 7 milhões habitantes. Outras críticas feitas ao modelo se devem ao fato de alguns subsetores, como agricultura e a pesca que representam apenas 0,1% do PIB de Hong Kong, ter direito a 5% dos votos (HONG KONG, 2017; SHANKUN, 1990).

A liberdade de expressão, um dos pilares da identidade de Hong Kong, também já começou a ser ameaçada pelo governo central. Primeiramente, conforme uma pesquisa da Associação de Jornalistas de Hong Kong³¹, seis em cada dez jornalistas afirmaram que é comum a autocensura na Região Administrativa Especial (LAM, 2014). Além disso, em 2015, alguns escritores de Hong Kong foram raptados e levados para a China, onde um deles afirma ter sido forçado a confessar crimes que não cometeu, sendo importante destacar que outros três desses escritores, dos quais um é britânico, ainda estão sob a custódia do governo chinês (PHILIPPS, 2016).

Como consequência disso, está havendo uma radicalização no perfil da população de Hong Kong, principalmente dos mais jovens; para se ter ideia, apenas 3% da população que tem 18 e 30 anos afirmam que se identificam com a China (GRIFFITHS; STOUT, 2017). Por conta dessa radicalização, houve espaço para o surgimento de partidos que demandam mais autonomia para Hong Kong ou até mesmo a independência e, nas eleições do conselho legislativo em 2016, esses partidos, que são chamados de localistas, conseguiram eleger de seis pessoas para o conselho.

Porém, o governo da China não está mais medindo esforços para conseguir manter o controle sobre Hong Kong e está interferindo na cidade através da adoção de ações polêmicas. Um dos fatores que influenciaram nesse aumento da intervenção em Hong Kong é o fato de a

³⁰ Constituição dos votos:

- 1- 106 são deputados do Congresso Nacional da China ou membros do Conselho legislativo;
- 2- 60 membros votantes são nomeados pelo subsector religioso e cada uma das principais religiões de Hong Kong pode nomear dez pessoas;
- 3- 1034 membros são eleitos dentro dos 35 subsectores restantes.

³¹ 412 jornalistas foram entrevistados.

cidade ter bem menos influência econômica atualmente do que tinha quando foi reintegrada; por exemplo, em 2003, a cidade de Hong Kong representava 16% do PIB chinês e, atualmente, só representa 3% por conta do grande boom econômico que a China experimentou nas últimas décadas. Uma demonstração clara disso foi feita por um oficial chinês durante o aniversário de vinte anos da reintegração, quando ele afirmou que “A Declaração Conjunta Sino-Britânica agora é apenas história e não tem significância prática” (WHELAN-WUEST; BUSH, 2017).

Uma das medidas adotadas estabelece que os candidatos ao conselho legislativo devem assinar um documento afirmando que Hong Kong é parte da China e que não existem emendas parlamentares que conseguem alterar esse status. Por conta dessa prática, seis potenciais candidatos não puderam participar das eleições para esse conselho em 2016 (SCMP, 2016). Além disso, como uma forma de aumentar o seu poder dentro desse mesmo conselho, a China também destituiu seis candidatos eleitos que, em forma de protesto, fizeram um juramento distinto para o conselho legislativo³² (WHELAN-WUEST; BUSH, 2017).

Atualmente, outros projetos impopulares também estão sendo colocados em pauta, como a criação de uma lei que estabelece algumas regras para a execução do hino nacional dentro de Hong Kong. Essa lei estabelece também que o mesmo deve ser ensinado dentro das escolas e deverá ser cantado em algumas ocasiões para que as crianças possam expressar seu “patriotismo”. Ao desobedecer a lei e cantar o hino de forma inapropriada, as pessoas poderão ser presas por até quinze dias. Essa lei é impopular porque grande parte das pessoas não se identifica com a China; muitas das pessoas em Hong Kong, mesmo os mais velhos, nem sabem cantar o hino chinês de forma apropriada, porém, mais uma vez, a República Popular da China está tentando aprovar uma lei para tentar forçosamente criar um sentimento de identidade nacional dentro da Região Administrativa Especial (LAM, 2017).

Outro projeto, que é uma das prioridades do mandato da nova Chefe Executiva de Hong Kong, Carrie Lam, é a implementação do Artigo 23 da Lei Básica³³. Esse projeto é bem controverso e foi o alvo das manifestações de 2003 porque as pessoas de Hong Kong acreditavam que essa lei pode ser utilizada para diminuir a liberdade existente na cidade, ainda mais quando já não há tanta liberdade como havia quando a cidade foi reintegrada (GRIFFITHS; STOUT, 2017).

³² Dessas pessoas que perderam seus cargos, três pertenciam ao campo dos pan-democratas, enquanto os outros três pertenciam aos localistas / radicais (SCMP, 2017).

³³ Segundo uma pesquisa da Universidade Hong Kong, 52% das população da cidade era contra esse Artigo da Lei Básica em 2002.

Para muitos, a implementação dessa lei pode ser catastrófica; em um filme recente, por exemplo, chamado *10 Years*, algumas pessoas fizeram tentativas de previsão sobre como seria o futuro de Hong Kong em 2025. Em uma dessas tentativas, os autores do filme simularam uma situação onde o governo da China criou um ambiente de caos em Hong Kong para justificar a implementação dessa lei de forma unilateralmente (ZUNE, 2015). Por mais que o filme possa ser um exagero, realmente existe a pressão por parte da China sobre o governo da Região Administrativa Especial para que se implemente essa lei. O Líder Chinês, Xi Jiaoping, durante a sua viagem a Hong Kong para comemorar o aniversário de vinte anos da reintegração, afirmou que a cidade deveria melhorar seus sistemas para dar suporte à segurança e à soberania nacional, sendo que posteriormente ele fez a seguinte declaração “Qualquer tentativa que coloque em perigo a soberania nacional e a segurança, e desafie o poder do governo central, é um ato que estará cruzando uma linha vermelha e é absolutamente inadmissível” (MAI, 2017, s/p)

A Chefe Executiva que foi eleita em 2017 não estabeleceu uma data limite para implementação da lei, pois primeiro ela pretende criar condições satisfatórias — popularidade junto à população — para fazer a lei ser aprovada. Ela também afirma que a lei em si não mudará muito o estilo de governo, uma vez que os direitos que os cidadãos de Hong Kong tem medo de perder são garantidos em outros artigos da Lei Básica. Além disso, em Macau, que foi reintegrada à China trinta meses depois de Hong Kong, não houve grandes mudanças após implementação de uma legislação similar em 2009, além do fato de a grande maioria dos países possuir leis que protejam a segurança do país (CROSS, 2017).

Também há uma crescente insatisfação da população de Hong Kong em relação a seus compatriotas chineses. Um dos fatores que desencadearam esses problemas foi o senso de superioridade que existia na identidade da população de Hong Kong em relação a seus compatriotas. Porém, com o desenvolvimento da China, a crença de superioridade está sendo quebrada por conta da diminuição da diferença existente, em termos econômicos, entre as pessoas da China e as pessoas de Hong Kong, sendo que há alguns elementos da interação entre essas pessoas que facilitam a criação de ódio entre eles (FRENCH, 2017).

Primeiramente, muitos chineses do continente emigram para Hong Kong em busca de melhores condições de vida e essa emigração faz com que haja uma diminuição nos salários da população por conta do aumento da oferta de mão-de-obra. A outra forma de interação ocorre através do turismo realizado pelas pessoas da China a Hong Kong; apesar de o turismo ser uma fonte de renda para muitas pessoas de Hong Kong, ele também gera descontentamento de parte

da população por conta das diferenças existentes na língua³⁴ e também porque parte desses turistas viajam para Hong Kong mais de trinta vezes por ano em busca de produtos para serem revendidos na China (TIEZZI, 2015).

Por conta da interação, retomando um pouco dos conceitos acerca da formação de identidade grupos, as pessoas olham para seus compatriotas e acreditam que são diferentes deles e, por conta disso, está havendo a criação de uma imagem negativa em relação aos chineses dentro da sociedade de Hong Kong; como prova disso, um estudo feito pela Universidade de Hong Kong questionou as pessoas a respeito de seus sentimentos em relação aos chineses do continente, entre os entrevistados, 27% afirmaram que possuíam sentimentos positivos, enquanto 29% disseram que tinham sentimentos negativos (HKUPOP, 2017e).

Dentre as consequências desses sentimentos negativos, destacam-se a realização de protestos contra os turistas chineses (FRENCH, 2017), a diminuição no número de casamentos entre as mulheres nascidas em Hong Kong com maridos nascidos na China³⁵ (PONG et al., 2014) e o surgimento de um preconceito contra estudantes chineses dentro das universidades de Hong Kong, assim como a existência de conflitos periódicos entre esses grupos (XINQI, 2017).

Nesse sentido, podemos perceber que o futuro de Hong Kong é incerto. A crise que Hong Kong vive hoje é uma crise de identidade sustentada pela identidade distinta do povo de Hong Kong em relação a identidade chinesa. O descontentamento existente com o governo central chinês começou por conta da insatisfação da população em relação à transição para uma democracia. Mas, atualmente, as pessoas estão mais insatisfeitas com os violações contra os seus direitos. Grande parte dos pilares que fizeram de Hong Kong uma grande cidade internacional e um grande centro financeiro não estão sendo mantidos. Por conta disso, as pessoas em Hong Kong estão ficando cada vez mais divididas, gerando, assim, discriminação racial, da mesma forma como ocorria no passado, só que dessa vez são os chineses de Hong Kong contra as pessoas que vieram para a cidade, seja em busca de turismo ou melhores condições de vida.

³⁴ Grande parte dos chineses tem como língua principal o mandarim, enquanto em Hong Kong a principal língua é o cantonês, sendo importante destacar que o cantonês falado na cidade tem algumas diferenças do cantonês falado em Guangdong.

³⁵ Atualmente, a chance de uma mulher nascida em Hong Kong permanecer solteira até os 34 anos cresceu de 38,7% para 65,5% (1991-2011). Além disso, entre todas as mulheres dessa faixa, 28,7% se casam com maridos que nasceram em Hong Kong, enquanto apenas 3,6% se casam com maridos que nasceram na China, sendo que em 1991, 50% das mulheres nascidas em Hong Kong se casavam com homens de Hong Kong e 9,9% se casavam com homens nascidos no continente (PONG et al., 2014, p. 639).

Apesar desse grande descontentamento, o separatismo também não é uma opção viável para Hong Kong, tanto economicamente como militarmente. Economicamente, porque a cidade está cada vez mais dependente da República Popular da China, visto que uma parte substancial do PIB de Hong Kong depende das exportações realizadas para a China³⁶, do turismo³⁷ e do Investimento Direto Externo realizado pelas empresas chinesas em Hong Kong, também sendo dependente da China para seu abastecimento de água e energia (LAW, 2014). Com uma separação de Hong Kong da China, a cidade, provavelmente, deixaria de ser um entreposto comercial da China e sua economia poderia até entrar em colapso.

Ao mesmo tempo, a China também não deixaria isso ocorrer politicamente, visto que as tropas existentes em Hong Kong são chinesas (TSANG, 2004). Ao mesmo tempo, nenhuma das grandes potências estaria disposta a comprar uma briga com a China por Hong Kong, tanto por questões econômicas (dependência do comércio com a China) como geopolíticas, distância e dificuldade de proteção do território de Hong Kong.

A China também não tem total liberdade de ação em relação a Hong Kong, pois, apesar de Hong Kong não ser mais tão importante para China quanto era no passado, a cidade ainda retem sua importância política e econômica. Ela possui importância econômica pois, por mais que, hoje, Hong Kong seja muito mais dependente da China, a cidade ainda é muito relevante para o desenvolvimento chinês, sendo responsável por, aproximadamente, 2/3 do Investimento Direto Externo realizado na China em 2013 (TAN, 2017b; THE ECONOMIST, 2014). A cidade também possui importância política, porque o modelo adotado por Hong Kong havia sido criado inicialmente para Taiwan; dessa forma, se a China continuar violando os direitos da população de Hong Kong, não haverá uma reunificação chinesa de forma pacífica, ainda mais quando se atenta ao fato de que a população de Taiwan já possui uma identidade própria e tem como modelo de governo a democracia (TAN, 2017a).

Também cabe à Grã-Bretanha adotar um discurso mais firme em relação à cidade, visto que ficou estabelecido pela Declaração Conjunta que a China deveria manter a autonomia da cidade por um período de cinquenta anos. Porém, esse tratado não está sendo respeitado e a Grã-Bretanha tem um dever em relação a seus cidadãos³⁸ que moram em Hong Kong. Dessa forma, faz-se necessário que os britânicos utilizem os fóruns multilaterais para garantir que o tratado assinado entre os dois países seja honrado pela China (TWEED, 2017).

³⁶ Mais de 50% das exportações de Hong Kong são para a China continental.

³⁷ O turismo é responsável por 5% do PIB de Hong Kong e 76% dos gastos com turismo em Hong Kong são realizados por chineses.

³⁸ Grande parte da população de Hong Kong possui cidadania britânica como cidadania secundária.

Sobre o futuro de Hong Kong, as únicas certezas são que a população da cidade não ficará inerte vendo seus direitos serem desrespeitados ou solapados. Dessa forma, cabe ao governo da Região Administrativa Especial se tornar uma ponte entre os interesses da República Popular da China e a população de Hong Kong (GRIFFITHS; STOUT, 2017). Parece-nos que a melhor forma de melhorar a situação da cidade é sinalizar para a população uma data para uma transição democrática de fato, pois a incerteza no momento é muito grande, muitas pessoas estão emigrando e, dessa forma, é necessário que haja ações que contrabalancem a incerteza existente e melhorem a relação da população com o governo.

Apesar de a democracia ser a melhor opção para forjar um consenso, é bem improvável que haja uma transição para a democracia nos próximos anos porque isso abriria espaço para uma democratização³⁹ da China em si. Ameaçando, assim, os interesses do Partido Comunista Chinês que vê a democracia como uma ameaça ao controle que é exercido pelo mesmo dentro do território chinês. Por isso, é bastante improvável que Hong Kong consiga se tornar uma democracia no curto prazo (LADA, 2014; MCGREGOR, 2011).

Pelo fato de Hong Kong ser um projeto piloto que busca servir de exemplo para Taiwan sobre como seria a reintegração da ilha, caso isso aconteça no futuro, o governo da China está em uma cenário extremamente complicado, pois se não houver uma transição para uma democracia e os direitos da população de Hong Kong continuarem a ser violados, não haverá uma reintegração de Taiwan em um futuro próximo e, por outro lado, a natureza concentradora que o partido comunista possui sobre a população dentro do seu território faz com que haja um grande receio na concessão da democracia dentro da China, conforme foi analisado acima. Assim, será necessário que o PCC analise todas as suas opções e identifique qual delas oferece o melhor custo-benefício no longo prazo.

Independente do caminho que for adotado, será necessário que haja uma cooperação entre o governo de Hong Kong, o governo central chinês e a população da cidade para que essa crise de identidade seja resolvida, visto que ainda há muitos outros problemas que precisam de soluções urgentes, como a dependência econômica da China, o envelhecimento da população e o custo elevadíssimo das habitações em Hong Kong (LAM, 2017), além de ser necessário encontrar uma forma de realizar a reintegração total da cidade, em 2047, mantendo a estabilidade e a ordem na Região Administrativa Especial de Hong Kong (SHANKUN, 1990, s/p).

³⁹ Existem ativistas dentro da China que desejam a democracia e esse movimento poderia ser catalisado pelo turismo realizado pelos chineses em Hong Kong (LADA, 2014).

5. CONCLUSÃO

Através da pesquisa realizada foi possível entender o contexto atual do relacionamento da RPC com a população de Hong Kong utilizando as teorias da identidade como arcabouço teórico. Para tanto, foram utilizados os conceitos de identidade para estudar a história de Hong Kong e entender os motivos que levaram à ascensão de uma identidade nacional cívica na cidade e as características dessa identidade. Posteriormente, foi feita uma análise sobre as consequências da existência de uma identidade nacional cívica na Região Administrativa Especial de Hong no comportamento da população e, ao mesmo tempo, das contramedidas adotadas pelo governo central chinês em relação a essa identidade.

Conforme dito anteriormente, essa pesquisa é um tema relevante para o estudo das relações internacionais porque a situação de Hong Kong impacta diretamente no relacionamento que a China desenvolve com o ocidente. Primeiramente, por ainda ser a maior fonte de Investimento Direto Externo realizado em território chinês, a cidade ainda é uma das melhores formas para realização de investimentos na China, além de possuir uma das bolsas de valores mais importantes do mundo. Além disso, a forma como a China irá lidar com a atual situação de Hong Kong poderá melhorar ou piorar o relacionamento que a RPC possui com Taiwan, podendo, assim, gerar um contexto favorável para a reunificação total da China ou para um distanciamento ainda maior entre esses dois atores. Por fim, sob o modelo “um país, dois sistemas”, a autonomia de Hong Kong deve ser mantida por um período de 50 anos e isso é garantido por um tratado internacional, de forma que se a RPC continuar desrespeitando esse tratado, a sua credibilidade no sistema internacional será prejudicada.

A hipótese que se defende aqui é a de que Revolução Comunista na China, juntamente com o desenvolvimento econômico subsequente de Hong Kong, foram os principais fatores que permitiram a formação das bases de uma identidade nacional cívica em Hong Kong e que, por conta de seus traços e características, a mesma não pode ser conciliada com as interferências da RPC na autonomia da cidade.

No primeiro capítulo foi feito um estudo sobre os principais conceitos de identidade, enfocando nos conceitos de identidade nacional cívica e étnica porque os mesmos possuem uma relevância maior para o entendimento do objeto da pesquisa, pois, como foi demonstrado ainda no capítulo introdutório, um dos principais fatores que influencia no relacionamento da RPC e

a população de Hong Kong é a existência de uma identidade nacional cívica distinta dentro da cidade.

No segundo capítulo, foi possível identificar que a história de Hong Kong sempre foi influenciada por outros países, uma vez que, por conta do fim da supremacia chinesa em âmbito regional, a cidade se tornou uma colônia britânica. Posteriormente, a China se modernizou e se tornou uma grande potência, passando a ter mais poder dentro do sistema internacional e, como consequência disso, começou a demandar que a cidade de Hong Kong fosse reintegrada. Na época, grande parte da população preferia uma continuação da colonização britânica à uma reintegração à China, mas, ainda assim, a cidade foi entregue aos chineses em 1997. Portanto, como pode ser observado, grande parte da história de Hong Kong foi influenciada pela interação entre a China e a Grã-Bretanha.

Nesse mesmo capítulo, também foi possível entender algumas peculiaridades do modelo de governança que foi implementado na cidade de Hong Kong, em que o judiciário possuía independência e havia um desequilíbrio entre os poderes executivo e legislativo, uma vez que o primeiro tinha quase autonomia total para governar durante a colonização. Também foi possível entender um pouco sobre como se desenrolou o relacionamento do governo com a população de Hong Kong e como se deu o desenvolvimento da relação entre os chineses e os britânicos que moravam na cidade.

Outra percepção da pesquisa foi que o modelo de colonização da Grã-Bretanha tinha como principal objetivo a criação de um centro comercial para a projeção de seus interesses comerciais no leste asiático. Como consequência disso, nos primeiros anos, o governo que foi estabelecido na colônia não se preocupou em desenvolver ou em explorar a população que residia na cidade, tendo como principal meta a criação de condições para a manutenção da ordem e da estabilidade na colônia, sendo que, para garantir esses objetivos, na segunda metade do século XX, foi necessário investimento estatal em áreas como saúde, educação e habitação para melhorar as condições de vida da população e conquistar a lealdade dos chineses.

Por fim, também foi possível ter uma visão geral sobre o processo de formação econômica da cidade de Hong Kong que pode ser dividida em três momentos. Primeiramente, atuando como um entreposto comercial da China e utilizando dessas condições para o desenvolvimento da sua economia. No segundo momento, por conta do embargo realizado contra a República Popular da China, a cidade se industrializou enfocando, principalmente, indústrias intensivas em mão-de-obra, que permitiu o chamado de “milagre econômico de Hong Kong”. Já o terceiro momento foi marcado pelo fim do embargo chinês e pela retomada do posto de principal entreposto comercial da China, quando a população da cidade se utilizou das

condições que haviam sido criadas previamente para transformar Hong Kong em um dos grandes centros financeiros do mundo.

No último capítulo, a partir das informações e conceitos estudados nos capítulos anteriores, foi feito um exame sobre a questão da identidade em Hong Kong. Em primeiro lugar, observou-se que a Revolução Comunista de 1949 foi um dos principais fatores que permitiu o surgimento de uma identidade em Hong Kong, pois mudou, substancialmente, o perfil dos imigrantes que iam para a cidade, além de ter permitido que houvesse um isolamento das pessoas da cidade de seus compatriotas chineses, de forma que foi criada uma identidade distinta na cidade, sendo que essa identidade se fortaleceu ainda mais quando a população de Hong Kong passou a ter um contato mais próximo com seus compatriotas do continente a partir da década de 70. As bases para a formação dessa identidade já existiam na cidade desde o início da colonização, porém, como grande parte dos imigrantes acreditavam que a cidade era apenas um lar temporário, não foi possível que uma identidade fosse amplamente adotada pela população antes da revolução que ocorreu na China continental.

A construção dessa identidade também está intrinsicamente ligada às melhorias na qualidade de vida da população nas décadas de 70 e 80, uma vez que a população passou a ter mais tempo para refletir sobre si mesma, além de que, nessa mesma época, ocorreu o surgimento de uma cultura popular de massa que foi catalisada pelas mídias de massa, como a televisão e o cinema.

Além desses fatores, segundo a visão de John Carroll (2007), o fator que foi mais importante para a formação dos fundamentos de uma identidade nacional cívica em Hong Kong foram as negociações para o retorno da cidade à China em 1997. Isso se deve ao fato de que essas negociações levaram a população a se questionar sobre quem eles eram, quais as diferenças eles possuíam em relação a seus compatriotas do continente, assim como qual era o tipo de governo que eles gostariam de ter. Esse processo foi catalisado pelo “Massacre da Praça da Paz Celestial”, pois, naquela época, os mais velhos que haviam emigrado da China já possuíam uma visão ruim acerca da RPC, porém, os mais jovens, principalmente por conta do isolamento, acreditavam que o governo chinês havia mudado após a ascensão de Deng Xiaoping e esse massacre rompeu com essa visão dos jovens de Hong Kong e fez com que muitos passassem a temer o futuro que os aguardava. Assim, por conta da pesquisa realizada, foi possível tomar ciência a respeito de um elemento que não estava abarcado pela hipótese inicial.

A existência de uma identidade nacional cívica em Hong Kong teve consequências sobre o relacionamento da população da cidade com a RPC antes mesmo de a reintegração ter ocorrido. Essa mesma identidade influenciou muito nos acontecimentos da cidade depois de

1997, sendo que os casos mais emblemáticos são as manifestações de 2003, de 2012 e 2014, visto que o motivo que desencadeou essas manifestações foi a percepção que a população possuía de que a República Popular da China estava interferindo em aspectos muito importantes da identidade de Hong Kong, sendo eles, respectivamente, a liberdade de expressão, a liberdade acadêmica e no ritmo da transição para uma democracia na cidade.

A interferência do governo central chinês em Hong Kong também tem motivos racionais, pois esse governo se encontra em uma encruzilhada. O futuro da Região Administrativa Especial é, ao mesmo tempo, um exemplo para os chineses do continente e para os chineses que vivem em Taiwan, de forma que se a RPC permitir o estabelecimento de uma democracia na cidade, estaria incentivando as pessoas que vivem no continente a buscarem esses mesmos direitos, diminuindo, dessa forma, o controle que o Partido Comunista Chinês possui sobre a China. De forma contrária, quando a RPC diminui o ritmo da transição para a democracia e passa a desrespeitar os direitos existentes dentro da cidade, há uma diminuição ainda maior das chances de uma reunificação total da China com a reintegração de Taiwan, visto que os taiwaneses já possuem uma democracia, um idioma e uma identidade nacional cívica própria.

Existem alguns caminhos de pesquisa que seriam importantes para complementar essa pesquisa. Um desses caminhos seria realizar um mapeamento do processo político-partidário da cidade analisando a atuação dos partidos pró-Pequim, pan-democratas e localistas. Nesse processo, por conta da radicalização da população que ocorreu nos últimos anos, pode ser dedicado um esforço maior aos partidos localistas, buscando entender se haverá a formação de um consenso entre eles ou se eles continuaram lutando entre si por objetivos distintos. Também seria importante realizar um estudo sobre os movimentos democráticos que existem dentro da China, como eles são mantidos sob controle pelo Partido Comunista Chinês e seus potenciais vínculos com a ilha.

Outro caminho de pesquisa que pode ser adotado seria a realização de um estudo sobre o relacionamento da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos com a China nos últimos anos, realizando uma análise sobre como esses Estados estão se comportando diante de um aumento da interferência da RPC na cidade de Hong Kong nos últimos anos.

Outra pesquisa interessante seria uma comparação entre as identidades que foram criadas no último século em territórios que eram chineses, como Taiwan, Tibete, Hong Kong e Macau, buscando compreender as semelhanças e diferenças entre essas identidades, como ocorre a interação dessas pessoas com seus compatriotas chineses e, ao mesmo tempo, examinar o impacto que essas identidades podem ter sobre o futuro da civilização chinesa.

6. REFERÊNCIAS:

- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the origin and the spread of nationalism. Londres: Verso, 1983.
- ASHFORT, Blake E.; MAEL, Fred. Social Identity Theory and the Organization. In: **The Academy Of Management Review**, v. 14, n. 1, jan. 1989, p. 20-39.
- BBC. **Q&A: HK's anti-subversion bill**. 2003. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/3035226.stm>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- BUSH, Richard C; WHELAN-WUEST, Maeve. **Inside the struggle for China's "two systems" in Hong Kong**. 2017. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2017/07/27/inside-the-struggle-for-chinas-two-systems-in-hong-kong/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- CARROLL, John M. **A Concise History of Hong Kong**. New York: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2007.
- CHAIN, Wilfred. **How tear gas brought Hong Kongers together**. 2014. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2014/10/01/world/asia/hong-kong-democracy-tear-gas/index.html>>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- CONNORS, Adam. **Hong Kong's umbrella movement: A timeline of key events one year on**. 2015. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/news/2015-09-28/timeline-hong-kong-umbrella-movement-one-year-on/6802388>>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- CROSS, Greenville. **Next Hong Kong chief executive must implement Article 23 national security laws without delay**. 2017. Disponível em: <<http://www.scmp.com/comment/insight-opinion/article/2067107/next-hong-kong-chief-executive-must-implement-article-23>>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- DIRLIK, Arif. Confucius in the Borderlands: Global Capitalism and the Reinvention of Confucianism. In: **Boundary**, v. 22, n. 3, set. 1995, p. 229-273.
- Elias, Gabriel Souza. **São Paulo concentra maiores densidades demográficas do país; menores estão no Amazonas**. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/29/sao-paulo-concentra-maiores-densidades-demograficas-do-pais-menores-estao-no-amazonas.htm-por-km2/>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

- FRENCH, Howard W. **Is it too late to save Hong Kong from Beijing's authoritarian grasp?** 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/mar/21/hong-kong-china-authoritarian-democracy-one-country-two-systems>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- GILL, Saran Kaur. **Ethnic and National identities in multicultural contexts: Considerations and Challenges**. 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001821/182188e.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- GEOLOGY. **Mapa de Hong Kong**. 2017. Disponível em: <<http://geology.com/world/hong-kong-map.gif>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- GRIFFITHS, James; KAM, Viviam. **Hong Kong votes: Is this the world's weirdest election?** 2016. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2016/08/31/asia/hong-kong-legislative-council-explainer/index.html>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- GRIFFITHS, James; STOUT, Kristie Lu. **5 major challenges for Hong Kong's new leader Carrie Lam**. 2017. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2017/06/29/asia/hong-kong-carrie-lam-future/index.html>>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- HOBBSBAWN, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- HONG KONG ELECTIONS. **The Fifth Term Chief Executive Election**. 2017. Disponível em: <<http://www.elections.gov.hk/ce2017/eng/brief.html>>. Acesso em: 18 nov. 2017
- HKU POP. **Ethnic Identity – Chinese (half-yearly average, by age group)**. 2017a. Disponível em: <<https://www.hkupop.hku.hk/english/popexpress/ethnic/eidentity/chiCitizen/halfyr/datatables.html>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- HKU POP. **Ethnic Identity – Hongkonger (half-yearly average, by age group)**. 2017b. Disponível em: <<https://www.hkupop.hku.hk/english/popexpress/ethnic/eidentity/hkCitizen/halfyr/datatables.html>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- HKU POP. Universidade de Hong Kong. **Ethnic Identity – Mixed Identity (per poll, by age group)**. 2017c. Disponível em: <<https://www.hkupop.hku.hk/english/popexpress/ethnic/eidentity/mix/poll/datatables.html>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- HKU POP. **On the whole, do you trust the Beijing Central Government? (per poll)**. 2017d. Disponível em: <<https://www.hkupop.hku.hk/english/popexpress/trust/trustchigov/poll/datatables.html>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

HKU POP. **HKU POP releases findings on people's feeling towards different governments and peoples.** 2017e. Disponível em: <<https://www.hkupop.hku.hk/english/release/release1467.html>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

İNAÇ, Hüsamettin; ÜNAL, Feyzullah. The Construction of National Identity in Modern Times: Theoretical Perspective. In: **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 3, n. 11, jun. 2013, p.1-10,

JOHAN, Johan. **Visão geral do território chinês e seu entorno.** Disponível em: <<http://www.johanjohan.com/sites/default/files/apac.jpg>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

KAIMAN, Jonathan. **Hong Kong's umbrella revolution - the Guardian briefing.** 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/sep/30/-sp-hong-kong-umbrella-revolution-pro-democracy-protests>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

KUNOVICH, Robert M. The Sources and Consequences of National Identification. In: **American Sociological Review**, v. 74, n. 4, ago. 2009. p.573-593.

LADA, Akos. **Why China won't let Hong Kong democratize.** 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2014/10/02/why-china-wont-let-hong-kong-democratize/?utm_term=.b985513745a1>. Acesso em: 17 nov. 2017

LAM, Jeffie. **Self-censorship 'common' in Hong Kong newspapers, say journalists.** 2014. Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/hong-kong/article/1495138/press-freedom-hong-kong-low-level-journalists-study-finds>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Explainer: what will China's national anthem law mean for Hong Kong?** 2017. Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/hong-kong/politics/article/2108834/explainer-what-will-chinas-national-anthem-law-mean-hong>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

LAW, Violet. **Hong Kong's Inconvenient Truth.** 2014. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2014/08/21/hong-kongs-inconvenient-truth/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MAI, Jun. **Xi Jinping speech in Hong Kong hints at need for action on national security, academics say.** 2017. Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/hong-kong/politics/article/2100894/xi-jinping-speech-hong-kong-hints-need-action-national>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

- MCGREGOR, Richard. **5 Myths About The Chinese Communist Party**. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/01/03/5-myths-about-the-chinese-communist-party/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- OYSERMAN, Daphna; ELMORE, Kristen; SMITH, George. Self, Self-Concept, and Identity. In: LEARY, Mark R.; TANGNEY, June Price (Eds.). **Handbook of Self and Identity**. 2. ed. Nova York: The Guilford Press, 2012, cap. 4, p. 69-104.
- PARFIT, Derek. Personal Identity. In: **The Philosophical Review**, v. 1, n. 80, jan. 1971, p.3-27.
- PHILIPPS, Tom. **China behaving like 'gangster' state with bookseller kidnap, say Hong Kong politicians**. China Behaving like 'gangster' state with bookseller kidnap, say Hong Kong politicians. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/jun/17/china-behaving-like-gangster-state-with-bookseller-kidnap-say-hong-kong-politicians>>. Acesso em: 18 de nov. de 2017.
- PONG, Suet-ling et al. **Blurring Boundaries? Immigration and Exogamous Marriages in Hong Kong**. In: Population And Development Review, v. 40, n. 4, dez. 2014, p. 629-652.
- SCHENK, Catherine R. **Economic History of Hong Kong**. 2008. Disponível em: <<https://eh.net/encyclopedia/economic-history-of-hong-kong/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- SCMP. **Legislative Council election**. 2012. Disponível em: <<http://multimedia.scmp.com/legcocandidates/>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- _____. **Legislative Council election 2016**. 2016. Disponível em: <<http://multimedia.scmp.com/counting-room/>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- _____. **The Legislative Council 2016-2020**. 2017. Disponível em: <<https://multimedia.scmp.com/widgets/legco-current/2016.html>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- SMART, Alan; SMART, Josephine. **Time-Space Punctuation: Hong Kong's Border Regime and Limits on Mobility**. In: Pacific Affairs, v. 81, n. 2, jun. 2008, p. 175-193.
- SMITH, Anthony. **National Identity**. Reno: University of Nevada Press, 1991.
- SPROSS, Hans. **Hong Kong's 20 years under Chinese rule – A failed project?** 2017. Bonn, Alemanha. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/hong-kongs-20-years-under-chinese-rule-a-failed-project/a-39491636>>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- STETS, Jan E.; BURKE, Peter J. Identity Theory and Social Identity Theory. In: **Social Psychology Quarterly**, v. 63, n. 3, set. 2000, p.224-237.
- TAN, Huiling. **Taiwan watches as China closes in on Hong Kong**. 2017a. Disponível em: <<https://www.cnn.com/2017/07/19/taiwan-watches-as-china-closes-in-on-hong-kong.html>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. **This is why China will want to keep Hong Kong politically stable.** 2017b. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2017/06/30/this-is-why-china-will-want-to-keep-hong-kong-politically-stable.html>>. Acesso em: 17 nov. 2017

TIEZI, Shannon. **Anti-Mainland Sentiment on the Rise in Hong Kong.** 2015. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2015/02/anti-mainland-sentiment-on-the-rise-in-hong-kong/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

TRADING ECONOMICS. **Hong Kong GDP.** 2017a. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/hong-kong/gdp>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Hong Kong Unemployment Rate.** 2017b. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/hong-kong/unemployment-rate>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

TRANSPARENCY. **Corruption Perceptions Index 2016.** Disponível em: <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016#table>. Acesso em: 04 dez. 2017.

THE ECONOMIST. **Why Hong Kong remains vital to China's economy.** 2014. Disponível em: <<https://www.economist.com/blogs/economist-explains/2014/09/economist-explains-22>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

TSANG, Steve. **A Modern History of Hong Kong.** Londres: I.b Tauris, 2004.

TWEED, David. **China dismissal of U.K. treaty on Hong Kong renews doubts about its word.** 2017. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2017/07/02/asia-pacific/china-dismissal-u-k-treaty-hong-kong-renews-doubts-word/#.WhBFhEqnHIU>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

TWEED, David. **China dismissal of U.K. treaty on Hong Kong renews doubts about its word.** 2017. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2017/07/02/asia-pacific/china-dismissal-u-k-treaty-hong-kong-renews-doubts-word/#.WhBFhEqnHIU>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

WIKIPEDIA. **2nd Legislative Council of Hong Kong.** s/da. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/2nd_Legislative_Council_of_Hong_Kong>. Acesso em: 04 dez. 2017.

WIKIPEDIA. **3rd Legislative Council of Hong Kong.** s/db. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/3rd_Legislative_Council_of_Hong_Kong>. Acesso em: 04 dez. 2017.

WIKIPEDIA. **4th Legislative Council of Hong Kong.** s/dc. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/4th_Legislative_Council_of_Hong_Kong#List_of_members>. Acesso em: 04 dez. 2017.

WEI-MAN, Lam; LUI, Percy Luem-tim; WONG, Wilson. **Contemporary Hong Kong: Government and Politics**. 2. ed. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2012.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. In: **International Organization**, v. 46, n. 2, fev. 1992, p.391-425.

_____. Collective Identity Formation and the International State. In: **The American Political Science Review**, v. 88, n. 2, jun. 1994, p.384-396.

XINQI, Su. **Why the campus feud between Hong Kong and mainland Chinese students?** 2017. Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/hong-kong/education-community/article/2112609/why-campus-feud-between-hong-kong-and-mainland>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

YAO, Xinzhong. **An Introduction to Confucianism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

YEUNG, Chris. Hong Kong A handover of freedom? In: WILLIAMS, Louise; RICH, Roland (Ed.). **Losing Control: Freedom of the Press in Asia**. Camberra: Anu Press, 2013. p. 58-73.

SHANKUN Yang. **The Basic Law of Hong Kong Special Administrative Region of the People's Republic of China**. 1990. Disponível em: <http://www.basiclaw.gov.hk/en/basiclawtext/images/basiclaw_full_text_en.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

ZAO, Shirley; TAM, Johnny. **Debate continues in Hong Kong over introduction of national education**. 2013. Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/hong-kong/article/1326760/debate-continues-hong-kong-over-introduction-national-education>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

ZUNE, Kwok et al. **Hong Kong: Ten Years Studio**, 2015. P&B. Legendado. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/ten_years>. Acesso em: 11 nov. 2017.

